

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

***DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL
BRASILEIRO: PERSPECTIVAS DE CAIO PRADO JR. E CELSO
FURTADO***

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Carolina Pimentel Corrêa

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

***DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL
BRASILEIRO: PERSPECTIVAS DE CAIO PRADO JR. E CELSO
FURTADO***

por

Carolina Pimentel Corrêa

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Sociais.**

Orientador: Prof. Dr. Francis Moraes de Almeida

Santa Maria, RS, Brasil
2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Sociologia
Curso de Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

*Desenvolvimento e Dependência no pensamento social brasileiro: perspectivas
de Caio Prado Jr. e Celso Furtado*

elaborada por
Carolina Pimentel Corrêa

Como requisito parcial para a obtenção de grau de
Bacharel em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Francis Moraes de Almeida, Prof. Dr.
(Presidente/Orientador)**

Reginaldo Teixeira Perez, Prof. Dr. (UFSM)

João Rodolpho Amaral Flôres, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, 5 de dezembro de 2011

“[...] não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos condicionantes mais imediatos do comportamento individual.”

(FURTADO, 1964, p. 9)

AGRADECIMENTOS

Olhar para trás e perceber que até ontem eu era uma garotinha cheia de sonhos e que não conseguia se imaginar longe da família, me emociona. Sair de casa e mudar de cidade aos dezessete anos fez parte deste degrau de minha vida que subo hoje. Porém, sem o apoio de muitas pessoas especiais eu não teria conseguido.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais que em muitos momentos sacrificaram o seu próprio conforto para me proporcionar a educação superior e junto comigo realizar um sonho que não é só meu, mas também deles. Agradeço ainda, por todo carinho e amor, base da educação que me deram, e por todos os ensinamentos que se resumem em: determinação, coragem, pró-atividade, ética, honestidade e simplicidade.

Não posso esquecer-me dos demais familiares que sempre acreditaram no meu sucesso, dentre eles, meus padrinhos, que me acolheram com muito carinho durante meus primeiros meses em Santa Maria.

Durante os quatro anos de graduação muitas pessoas passaram pela minha vida, dentro e fora da universidade. Algumas deixaram marcas importantes e continuam a caminhar ao meu lado, segurando a minha mão, mesmo que a distância. Estas foram essenciais para a realização deste trabalho de conclusão de curso, pois secaram as minhas lágrimas, e me disseram palavras de conforto e incentivo nos momentos em que o medo, o receio e o cansaço me desconcentravam.

Também agradeço a todos os professores que de alguma forma contribuíram para a minha formação acadêmica. Em especial, ao meu orientador, Professor Francis, que encarou este desafio de me orientar desde o primeiro momento em que o procurei. Foi mais que um professor orientador, foi um amigo, um irmão. Pois me acalmou nos momentos em que achei que não fosse conseguir, nas horas em que o meu perfeccionismo e o meu nervosismo me impediam de ver as soluções mais simples. Sempre calmo e paciente foi capaz de me mostrar os melhores caminhos e me convencer a sempre acreditar em mim mesma.

Muito obrigada!

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: PERSPECTIVAS DE CAIO PRADO JR. E CELSO FURTADO

Autor: Carolina Pimentel Corrêa.
Orientador: Francis Moraes de Almeida
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 5 de dezembro de 2011.

O conceito de desenvolvimento, atrelado a idéia de dependência entre o Brasil e os países considerados desenvolvidos, permeou muitas teorias no pensamento social brasileiro, principalmente no século XX. O presente trabalho aborda esta discussão a partir de dois importantes autores deste período: Caio Prado Jr. e Celso Furtado, em especial, em suas respectivas obras *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, e *Formação econômica do Brasil*, de 1959. A partir da revisão bibliográfica e do método comparativo, procurou-se traçar uma linha de comparação entre os autores, com o intuito de verificar se eles se aproximam ou se afastam, teoricamente, no que diz respeito ao modo como conceberam desenvolvimento nestas obras.

Palavras-chave: desenvolvimento; dependência; Celso Furtado; Caio Prado Jr.

ABSTRACT

The concept of development, bounded to the category of dependency between Brazil and the developed countries, permeate many theories in the Brazilian social thinking in the first decades of the twentieth century. This work aims at this theme focused on two important authors of this period: Caio Prado Jr. and Celso Furtado, specially in their works entitled, respectively, *Formação do Brasil Contemporâneo*, published in 1942, and *Formação econômica do Brasil*, published in 1959. Starting with a bibliographic revision and applying the comparative method, this work tried to track a line of comparison between the two authors, the intention of this perspective is to analyze if they take similar or different theoretic positions concerning to the concept of development in these two works.

Key words: development; dependence; Celso Furtado; Caio Prado Jr.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
1. OS AUTORES E SUAS OBRAS	12
1. 1. Caio Prado Jr. e Celso Furtado.....	12
1. 2. Formação do Brasil contemporâneo e Formação econômica do Brasil.....	14
2. A RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	17
2. 1. A Colonização.....	17
2. 2. A relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra.....	21
2. 3. Ciclo do Ouro no Brasil – Mineração.....	26
2. 4. O Brasil: um produtor de matéria prima sem técnica para se desenvolver.....	31
3. OS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO	44
3. 1. As relações de raça no Brasil.....	44
3. 2. Desigualdade social num país controlado por grandes proprietários de terras.....	52
3. 3. O perfil administrativo do governo brasileiro.....	60
3. 4. Ciclos alternados de progresso e decadência na história econômica do Brasil.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXO 1 - QUADRO ANALÍTICO	76

INTRODUÇÃO

Compreender o conceito de desenvolvimento no pensamento social brasileiro foi o principal intuito deste trabalho. O recorte abordado refere-se às obras *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado. Ambos os autores, foram os pioneiros, entre os brasileiros, na teorização a respeito do desenvolvimento.

Na atualidade, o conceito de desenvolvimento está presente de forma marcante nos debates sociais e políticos, em dimensão mundial. Associado ao adjetivo “sustentável” – dando origem ao desenvolvimento sustentável – ele passou a ocupar os primeiros lugares nas listas de prioridades dos governos.

O conceito de desenvolvimento sustentável possui uma conotação muito positiva e tem sido utilizado por entidades como o Banco Mundial e a UNESCO para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina: eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (BRÜZEKE, 1993).

Esse tripé do desenvolvimento sustentável virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos de natureza mais variada no campo eco-sócio-econômico dos países e regiões do nosso “velho” Terceiro Mundo. O conceito de desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações (BRÜZEKE, 1993, p. 9).

Assim, o objetivo deste novo conceito é promover o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que satisfaz os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura (OLIVEIRA, 2002).

Porém, para que o desenvolvimento atingisse esta complexa definição, foi necessária a existência de uma vasta produção teórica que buscasse entender as especificidades do desenvolvimento nos países periféricos. Desta forma, é de suma importância lembrar que o conceito de desenvolvimento possui uma trajetória histórica. Ligado, inicialmente, ao conceito de crescimento econômico, ele foi foco de muitas teorias no Brasil, principalmente, no período de 1950 a 1970.

O valor destas teorias no pensamento social brasileiro já seria o suficiente para justificar este trabalho. Todavia, deve-se ressaltar, que a presença do conceito de desenvolvimento, com uma nova roupagem, nos debates atuais, também serviu de incitação para a realização deste ensaio. Pois, para que se possa discutir, no presente, por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável, é importante que se compreenda como o conceito de desenvolvimento foi concebido em outros momentos, no Brasil.

Os primeiros autores a trabalharem esta temática foram Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Influenciados pela Teoria da Modernização, que concebe o processo de desenvolvimento como a transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna (LIEDKE FILHO, 2005), os autores discorrem sobre a formação de uma nação chamada Brasil. Para isso, ambos buscam na história brasileira a base para compreender o desenvolvimento deste país.

Desse modo, a grande questão que impulsionou este trabalho foi a seguinte: de que forma os autores Caio Prado Jr. e Celso Furtado concebem o conceito de desenvolvimento em suas respectivas obras: *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, e *Formação econômica do Brasil*, de 1959?

Por conseguinte, a hipótese do trabalho centrou-se na idéia de que os autores assemelham-se e se complementam na maioria dos aspectos, pois ao identificar os obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, acabam propondo os mesmos tópicos, entre eles a dependência existente entre o Brasil e países centrais, que representa o maior óbice para o desenvolvimento do país – seja na época da colônia (Caio Prado Jr.) ou nos períodos que se seguem (Celso Furtado). Além disso, pode-se identificar em ambos que o conceito de desenvolvimento parece estar intimamente ligado ao crescimento econômico e a industrialização.

Para responder o problema central deste trabalho e confirmar a hipótese, foram utilizados como métodos de investigação a revisão bibliográfica e o método comparativo. A partir da revisão bibliográfica, amparada pela elaboração de fichas de leitura e quadros analíticos, foram elencados os tópicos que aparecem em ambas as obras. O método comparativo permitiu estabelecer um paralelo entre o modo como os autores definiram cada um destes tópicos e em que momentos se aproximam ou se distanciam, em termos de teoria. É importante destacar que o método comparativo aqui aplicado, difere daquele que compara fenômenos empíricos, pois aqui não se visa à generalização. Sabe-se que a obras destes autores é muito ampla e que este trabalho é apenas um pequeno recorte dentro de suas grandes produções teóricas. Por isso, este método é aplicado apenas com o intuito de comparar as

teorias destes autores, nestas obras, identificando seus pontos de proximidade e distanciamento.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho, visa expor uma pequena biografia dos dois autores e a apresentação das obras selecionadas. O segundo capítulo ressalta um tópico muito relevante nestas obras, visto, pelos autores, como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento, a relação de dependência do Brasil junto a alguns países considerados desenvolvidos. Este capítulo engloba quatro tópicos que de algum modo ligam-se a esta temática: A colonização; A relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra; O ciclo do ouro no Brasil – Mineração e; Brasil: um produtor de matéria prima sem técnica para se desenvolver. O terceiro capítulo compreende os demais obstáculos prejudiciais o desenvolvimento brasileiro, destacados pelos autores. Assim, o capítulo divide-se em: As relações de raça no Brasil; Desigualdade social num país controlado por grandes proprietários de terras; O perfil administrativo do governo brasileiro e; Ciclos alternados de progresso e decadência na história econômica do Brasil. As considerações finais discutem a respeito da relação de desenvolvimento e crescimento econômico, resultado da leitura destes tópicos levantados, considerando o modo como os autores concebiam o conceito de desenvolvimento, ao longo das obras. Por fim, o quadro analítico pretende resumir o que foi apresentado e facilitar o entendimento da comparação entre os autores.

1. OS AUTORES E SUAS OBRAS

A proposta deste capítulo é apresentar os autores e as obras que foram selecionados para compor este trabalho. A pequena biografia de Caio Prado Jr. e Celso Furtado em conjunto com descrição sucinta das obras *Formação do Brasil contemporâneo* e *Formação econômica do Brasil*¹ dão forma ao capítulo.

1. 1. Caio Prado Jr. e Celso Furtado

Caio Prado Jr., nascido em São Paulo, em 1907, foi um homem múltiplo; um político militante, que cursou Direito (1924-1928) na Universidade de São Paulo e despontou como intelectual, em 1933, quando publicou o seu primeiro livro – *Evolução política do Brasil* (LAPA, 2004).

Em 1928, iniciou suas atividades políticas ingressando no Partido Democrático, no qual atuou intensamente: foi sua primeira experiência política. Participou ativamente da Revolução de 1930, filiando-se, em 1931 ao Partido Comunista Brasileiro. Assumiu a vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora, o que lhe causou a prisão, em 1935, por dois anos. Exilou-se na Europa de 1937 até 1939, quando voltou ao Brasil. (IGLÉSIAS, 1982). Em 1942, Caio Prado Jr. lançou sua obra mais importante: *Formação do Brasil contemporâneo*, o clássico que deu suporte a este trabalho.

Caio Prado Jr. foi, também, empresário, pois, em 1943, fundou a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês. (LAPA, 2004). Apesar de ter suas obras contemplando a história, a filosofia e a geografia, irá se projetar, segundo Lapa (2004), especialmente, como um intelectual da história econômica, associada à história social, o que marcará a sua contribuição para o conhecimento do Brasil.

A vertente marxista das obras de Caio Prado Jr. já influenciou gerações inteiras de estudiosos e o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* é considerado por muitos como a interpretação definitiva de nossa herança colonial (LE MOS, 2009). Enquanto que o livro “A

¹ Vale ressaltar que para este trabalho, foram utilizadas a 9ª edição da obra “Formação de Brasil contemporâneo” impressa pela editora Brasiliense, em 1969 e a 12ª edição da obra “Formação econômica do Brasil”, impressa pela editora Nacional, em 1974.

revolução brasileira”, outra importante obra de Caio Prado Jr., que data de 1966, é considerado aquele que teve maior repercussão e provocou mais controvérsias. (LAPA, 2004).

Caio Prado Jr. acreditava no desenvolvimento do Brasil, foi um dos primeiros a confiar na eficácia histórica do povo brasileiro (REIS, 1999). Para Caio Prado Jr. não eram apenas as elites que faziam a história do Brasil, mas também as classes sociais em luta, pois apesar daquelas exercerem seu domínio, elas compartilham o cenário brasileiro com outros importantes atores (REIS, 1999).

Caio Prado Jr. valorizava as experiências obtidas em viagens, segundo ele, o que escrevia era resultado de análises sobre o modo como os viajantes estrangeiros viam o Brasil, ou resultado de suas próprias viagens pelo país. O lado observador e curioso de Caio Prado Jr. o levava a percorrer todos os cantos do Brasil e se tornar um leitor do mundo e dos mais variados textos (CÂNDIDO, 1989). “O conhecedor da história e da economia do Brasil se confunde, na sua personalidade intelectual, ao incansável viajante e observador, ao espírito sempre aberto para o fato do dia, ao leitor sistemático e microscópico dos jornais” (CÂNDIDO, 1989, p. 24).

Reis (1999) resume em poucas palavras, tamanho prestígio que Caio Prado Jr. possui entre os importantes teóricos brasileiros:

Por sua originalidade, independência, ele influenciará a corrente de interpretação marxista do Brasil mais crítica e produtiva. É inegável a sua importância para o conjunto das ciências sociais no Brasil. A escola marxista universitária brasileira é pradiana (REIS, 1999, s/p).

Celso Furtado, por sua vez, nasceu em Pombal, no sertão da Paraíba, em 1920. Graduou-se em Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participou da Força Expedicionária Brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial, na Itália. Voltou a Europa e doutorou-se na Universidade de Paris (OLIVEIRA, 2004). Ao regressar ao Brasil, entrou no serviço público do Rio de Janeiro e logo depois, em 1948, aceitou um cargo na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Em 1958, segundo Oliveira (2004), Celso Furtado assumiu um importante cargo no Brasil, foi

nomeado diretor regional do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e, no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste, redigiu o famoso relatório que assentará as bases da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de que será superintendente sob os presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros

e João Goulart. Deste último será também ministro extraordinário do Planejamento. (OLIVEIRA, 2004, p. 317).

Em 1964, com o Golpe Militar, conforme diz sua biografia disponível no banco de dados da Academia Brasileira de Letras (2011), Celso Furtado teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Então passou a dedicar-se à pesquisa e ao ensino da Economia do Desenvolvimento e da Economia da América Latina em diferentes universidades como as de Yale (EUA, 1964-65), Sorbonne (França, 1965-85), American University (EUA, 1972), Cambridge (“Cátedra Simon Bolívar”- Inglaterra, 1973-74), Columbia (EUA, 1976-77).

Com a redemocratização, Celso Furtado regressa ao Brasil e assume o cargo de ministro da Cultura na presidência de José Sarney (1986-1988). Em 1997, Celso Furtado foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em reconhecimento à sua vasta e importante obra (OLIVEIRA, 2004).

Celso Furtado foi um economista comprometido com a realidade do seu país. Como brasileiro ele se deu conta de conhecer onde, historicamente, se afundavam as raízes do presente de seu país (ROMANO, [1970], 2009). Por isso que, Coutinho ([2008] 2009), por exemplo, pode afirmar que as teorias econômicas de Celso Furtado são inteiramente orientadas por seu envolvimento, de toda a vida, com os problemas do desenvolvimento. Celso Furtado acreditava que o subdesenvolvimento não era uma etapa do desenvolvimento como previam muitos autores, dentre eles, Walt Whitman Rostow². Ele acreditava que o subdesenvolvimento era um processo histórico autônomo, não uma etapa necessária ao desenvolvimento.

Dessa forma, tanto Caio Prado Jr. como Celso Furtado, foram, e continuam sendo, importantes autores do pensamento político e social brasileiro. Ambos perceberam as especificidades do Brasil e apontaram os obstáculos que impediam o desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que procuravam os caminhos para transformar este numa nação.

² No início da década de 1960, o americano W. W. Rostow afirmou, em seu livro “Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista”, que os países passam por cinco etapas específicas de desenvolvimento econômico, sendo elas: A sociedade tradicional; As condições para o arranco ou a decolagem; O arranco; A marcha para a maturidade; A era do consumo de massa (ROSTOW, 1974)

1.2. Formação do Brasil contemporâneo e Formação econômica do Brasil

As obras escolhidas para alcançar o objetivo deste trabalho foram: *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., e a *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

A primeira obra, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., data de 1942, e divide-se em três partes principais: povoamento, vida material e vida social. Com o subtítulo “colônia”, ela centra-se nos três primeiros séculos da história brasileira. O projeto original de Caio Prado Jr. era elaborar uma interpretação do Brasil que não ficaria apenas nesse primeiro livro introdutório, mas prosseguiria em outros três, que abordariam inclusive o período atual brasileiro em que o autor vivia, mas que, entretanto, acabaram por não acontecer (LAPA, 2004).

Vale destacar que esta obra foi escrita com base no pensamento dialético marxista. Superando, segundo Lapa (2004), as obras dos demais autores que também se apropriaram dos ideais marxistas para tentar decifrar, e modificar, a realidade brasileira. Caio Prado Jr. encontrou na história o melhor ponto de partida para sua interpretação marxista do Brasil (SECCO, 2010), ou seja, ele foi buscar na história a particularidade brasileira.

O que existe nesta obra de Caio Prado Jr. é um embate ainda não resolvido, pois se vê dois modelos de o Brasil: um organizado, que possuía certa coerência e solidariedade, mas marcado pela corrupção e dissolução, e outro marcado pela desorganização, caracterizado por um estado vegetativo e inerte (LAPA, 2004).

A segunda obra, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que data de 1959, divide-se em cinco partes, abordando grande período da história do Brasil - desde a colonização, no século XVI, até o período atual em que o autor escreve, no século XX -, cada uma recebendo como título aquilo que era relevante no período abordado: (a) primeira parte: fundamentos econômicos da ocupação territorial; (b) segunda parte: economia escravista de agricultura tropical (séculos XVI e XVII); (c) terceira parte: economia escravista mineira (século XVIII); (d) quarta parte: economia de transição para o trabalho assalariado (século XIX); (e) quinta parte: economia de transição para um sistema industrial (século XX).

Desse modo, concorda-se com Singer ([1959] 2009), em sua interpretação de que esta obra:

analisa os diversos “ciclos” atravessados pela econômica nacional (açúcar, gado, ouro, café), o problema da mão de obra (escravatura, imigração, migração interna), a industrialização que teve lugar nas últimas décadas e o significado do processo

econômico presente, as cujas particularidades mais salientes – inflação, penúria cambial – dedica cuidadoso exame (SINGER, [1959], 2009, p. 368).

Contribuíram para a elaboração desta obra, as teorias de Karl Mannheim, Max Weber e principalmente John Maynard Keynes. Do o sociológico Karl Mannheim, Celso Furtado absorveu as teorias ligadas às possibilidades racionais e democráticas da escolha e do planejamento (OLIVEIRA, 2004). Por outro lado, de Max Weber, Celso Furtado recebeu a influência “pela teorização dos processos de racionalização e da formação da burocracia importantes para a compreensão dos processos decisórios e dos níveis de formalização hierárquicos na história” (OLIVEIRA, 2004, p. 319). O economista Keynes³, por sua vez, foi o que mais influenciou na produção teórica de Celso Furtado. Por exemplo, os escritos deste sobre a autonomia do Estado brasileiro para realizar as ações intervencionistas e, sobre a ampliação do alcance das transformações econômicas do ciclo do café em prol do desenvolvimento do mercado interno, partiram das contribuições teóricas de Keynes. De modo geral, pode-se afirmar que a história econômica de Celso Furtado é uma releitura keynesiana da história brasileira (OLIVEIRA, 2004).

Como afirma Oliveira (2004), o objetivo deste livro é abranger toda a formação nacional do Brasil, sua economia, sua sociedade, suas regiões, as diversas formas de Estado, de governo e de regimes políticos. O que Celso Furtado propõe é um “desenvolvimento capitalista nacional autônomo, em que a economia é a via para encontrar os caminhos da nação” (OLIVEIRA, 2004, p. 333).

³ “John Maynard Keynes nasceu no dia 5 junho 1883 em Cambridge, Cambridgeshire, Inglaterra, e morreu no dia 21 abril 1946 em Firl, Sussex, Inglaterra. [...] é considerado por muitos analistas o maior economista do século XX” (MACHADO, 2006). Sua contribuição para a econômica foi resumida por Machado (2006) através dos tópicos mais relevantes em sua teoria: a) a crítica à teoria do laissez-faire, laissez-passer, segundo a qual a economia tende naturalmente ao equilíbrio, sem necessidade de intervenção governamental; b) a defesa de um papel mais significativo para os instrumentos de política fiscal na definição e execução das políticas econômicas; c) a intransigente busca do pleno emprego como objetivo fundamental da política econômica; d) a valorização da contabilidade nacional, que passa a ser vista como elemento essencial para a análise e formulação de políticas econômicas; e) a teoria do multiplicador. (MACHADO, 2006).

2. A RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

Atrelado ao conceito de desenvolvimento, a relação de dependência, apresentada por Prado Jr. ([1942], 1969) e Furtado ([1959], 1974), é um ponto essencial para que possamos compreender a visão dos autores quando se referem ao desenvolvimento brasileiro. Entre os elementos que dificultavam este desenvolvimento, os autores abordaram a relação de dependência do Brasil com países Europeus, incluindo a metrópole Portugal. Tal dependência é fruto, em especial, do modo como o Brasil foi colonizado. Visto, desde o princípio, como uma empresa destinada a produção de gêneros para a Europa, e conseqüentemente dependente desta relação, o Brasil não teve oportunidades, nem liberdade, para impulsionar o seu desenvolvimento endógeno.

Deriva daí muitos outros obstáculos ao desenvolvimento brasileiro levantados pelos autores, entre eles, a falta de técnica que predominava em todos os setores do Brasil e o caráter exploratório com que os países europeus viam a economia mineradora brasileira. A relação de dependência representa o fio condutor destas obras e aparece, mesmo que “entre linhas”, em praticamente todos os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro apresentados pelos autores.

Este capítulo, então, busca elucidar o pensamento dos autores sobre esta questão. Para isto, divide-se em quatro partes: a colonização, a relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra, o ciclo do ouro no Brasil e o Brasil como produtor de matérias primas e sem técnicas para se desenvolver.

2.1. A Colonização

O fato de o Brasil ter sido colonizado por um país que visava lucros comerciais a partir da conquista de territórios no além-mar está dentre os pontos em que os autores convergem. Tanto Prado Jr. ([1942], 1969), como Furtado ([1959], 1974), destacam que o caráter comercial da colonização brasileira fez com que a metrópole extraísse os seus bens naturais e transformasse o Brasil num país agrícola de economia voltada totalmente ao mercado externo. Além disso, a colonização contribuiu para estagnação do país como um produtor primário, suscetível a crises e sem desenvolvimento endógeno.

A obra de Prado Jr. ([1942], 1969), em particular, é lembrada, em muitos trabalhos, quando se trata da colonização do Brasil. O capítulo **Sentido da Colonização** é indispensável

na obra do autor, pois é neste capítulo que a tese central do livro é explicitada. (LAPA, 2004). Nele, Prado Jr. ([1942], 1969) denuncia o caráter mercantil conservado na colonização dos trópicos, que priorizava apenas a extração de recursos naturais e a produção de gêneros de grande valor comercial. Em “Formação econômica do Brasil”, Furtado ([1959], 1974) também confere importância significativa para os efeitos da colonização no país. Este autor não descreve as características coloniais com tanta profundidade como Prado Jr. ([1942], 1969), porém ambos salientam aquilo que o período colonial representou no desenvolvimento brasileiro, seja numa perspectiva mais focada no social como faz Prado Jr. ([1942], 1969) ou numa mais econômica, estilo de Furtado ([1959], 1974).

Já no primeiro capítulo de seu livro, Furtado ([1959], 1974) faz uso da qualificação “econômica” para o substantivo “ocupação”, referindo-se a colonização do Brasil: “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, [1959], 1974, p. 5), o que confere uma caracterização mercantil ao período.

Prado Jr. ([1942], 1969), por sua vez, na **Introdução** de sua obra, explicita sua posição a respeito dos efeitos da colonização. Ele afirma que o passado colonial, apesar de em parte modificado, ainda está presente, e pode ser visto em muitos traços, na sociedade brasileira. Ao observar o Brasil de sua época, Prado Jr. ([1942], 1969) vê “um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não tomou forma.” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 11). Para ele, os problemas no Brasil de hoje já estavam definidos e sendo formulados há 150 anos.

Dessa forma, nota-se que o ponto de partida na teoria de ambos⁴ dá-se no período de colonização do Brasil, não sendo, assim, apenas a palavra “Formação” - no título de suas obras - que os aproxima, mas a certeza de que para entender o desenvolvimento do Brasil não se pode olvidar das peculiaridades de sua colonização. Pois, o Brasil carregou por muito tempo as características desta época, o que fez com que a sua formação fosse fortemente influenciada por hábitos e culturas do período colonial.

Prado Jr. ([1942], 1969), afirma que Portugal teve papel pioneiro no enfrentamento do alto-mar à procura de territórios que pudessem lhe favorecer comercialmente, seguido logo

⁴ Os dois autores ressaltam a importância da colonização brasileira em suas obras. No entanto, é de suma importância lembrar que o período abordado no livro de Prado Jr. ([1942], 1969), como diz o seu próprio título – *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* –, é o colonial, tanto é que historicamente o livro vai até o processo da Independência do Brasil que ocupou as três primeiras décadas do século XIX. Furtado ([1959], 1974), porém aborda um período de tempo mais longo, que vai até o século XX. Assim, percebe-se o motivo pelo qual Prado Jr. ([1942], 1969) prolonga-se em detalhes mais específicos do período colonial e Furtado ([1959], 1974) ressalta a importância do mesmo apenas na parte inicial de seu livro.

após pela Espanha. Segundo este autor, o objetivo de povoar as terras não ocorreu a nenhum dos países, o que lhes interessava era o comércio, e daí o desprezo existente pelo território primitivo e vazio que era a América, ao contrário do Oriente, que dispunha de muitos produtos para as atividades mercantis. Na verdade, em meio a esta nova ordem mundial, de ocupação e povoamento, o Brasil, na opinião de Prado Jr. ([1942], 1969), não passa de um episódio, apenas um detalhe daquele imenso quadro de descobertas.

Furtado ([1959], 1974), por sua vez, explica, involuntariamente, esta afirmação de Prado Jr. ([1942], 1969) ao dizer que o início da ocupação - econômica⁵ - do Brasil deu-se apenas em consequência “da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias” (FURTADO, [1959], 1974, p. 6). Segundo Furtado ([1959], 1974), países em expansão como Holanda, França e Inglaterra contestavam os direitos de Portugal e Espanha sobre as novas terras conquistadas, alegando sua escassa ou nenhuma utilização econômica. Coube assim a Portugal encontrar uma forma de utilização das terras americanas: surge a exploração agrícola das terras brasileiras. Até dado momento o que se tinha, conforme Prado Jr. ([1942], 1969), na maior extensão da América, era apenas o comércio das madeiras, das peles e da pesca. Agora, com a agricultura, adotar-se-ia uma base econômica mais estável.

A América, agora uma empresa extrativa, comparava-se, para Furtado ([1959], 1974), à África e às índias orientais, pois passara “a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (FURTADO, [1959], 1974, p. 8)

Conservar-se-á, desse modo, um caráter mercantil nos trópicos, uma empresa destinada à produção de gêneros de grande valor comercial, sustentada a partir do trabalho recrutado de índios e/ou negros⁶. Para Prado Jr. ([1942], 1969) este é o sentido da colonização.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organiza a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JR., [1942], 1969, p. 32).

⁵ A ocupação do Brasil foi “econômica”, segundo Celso Furtado ([1959], 1974), conforme já referido anteriormente.

⁶ Diferente da Inglaterra do século XVII, Portugal e Espanha sofriam de escassez de mão-de-obra para ocupar e trabalhar nas terras americanas. Devido às condições de trabalho, os salários deveriam ser muito altos para atrair população às terras colonizadas. Assim, a solução encontrada pelos países foi inicialmente a exploração da mão-de-obra indígena e posteriormente a importação de escravos africanos. Mais detalhes no tópico 3.1, relacionado às relações de raça no Brasil.

As características fundamentais da economia colonial, para Prado Jr. ([1942], 1969), por um lado, representavam-se pela organização da produção e a concentração de riqueza; por outro, pela orientação voltada ao exterior e fornecedora do comércio internacional. Dessa forma, Prado Jr. ([1942], 1969) acreditava que a economia brasileira estruturava-se num “organismo” meramente produtor, funcionando em prol do fornecimento de gêneros cujo mercado internacional era carente e evoluindo através de um mecanismo de exploração extensiva dos recursos naturais do país. Assim, a grande exploração rural era a célula fundamental da economia agrária brasileira.

A situação não mudou depois da independência brasileira, pois o Brasil continuou esta empresa agrícola, exportadora de gêneros primários para a Europa. Movido por um sentimento crítico, Prado Jr. ([1942], 1969), afirma que o Brasil, após três séculos do início da colonização, continuava a mesma colônia ligada à economia européia – fornecendo mercadorias para o seu comércio. Como o autor postula:

Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. [...] Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio (PRADO JR., [1942], 1969, p. 356)

Em meio ao panorama apresentado acima, o que mais chama a atenção deste autor é que a Independência brasileira, em 7 de setembro de 1822, não trouxe grandes mudanças estruturais à ex-colônia. Para ele, não era apenas o regime colonial que mantinha a situação brasileira na época, pois quando abolido com a independência, tal situação ainda perpetuava no país. “O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeito, e em que o sete-de-setembro não tocou. A situação de fato, sob o regime colonial, correspondia efetivamente à de direito.” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 127).

Furtado ([1959], 1974), assim como Prado Jr. ([1942], 1969), abordou, em sua obra, aspectos negativos da pós-independência, um deles é a dependência do Brasil à Inglaterra⁷, mesmo depois de desligar-se de Portugal. Segundo Furtado ([1959], 1974) isto impediu mudanças estruturais no processo de importações e exportações no Brasil, ou seja, foi um dos obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. Contudo, ao analisar o processo numa perspectiva mais economicista, este mesmo autor vê como decorrência positiva da independência a abertura dos portos em 1808 e a ascensão definitiva ao poder da classe brasileira formada

⁷ Consultar tópico 2.2. A relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra.

pelos senhores da agricultura de exportação. Para Furtado ([1959], 1974), desaparecimento do entreposto lusitano logo se traduziu em grandes vantagens para os grandes agricultores brasileiros.

O objetivo dos autores ao abordar estas questões era enfatizar que a colonização brasileira caracteriza-se como de exploração e que o nosso país, em função disso, não teve oportunidades de desenvolver-se neste período. A metrópole visava apenas seu enriquecimento, não se preocupava com desenvolvimento social e econômico daqueles que habitavam o Brasil; em verdade, viam toda a população brasileira como seus escravos, seus servos. O Brasil era visto apenas uma empresa feita para servir a metrópole, por isso, não havia possibilidades da administração portuguesa sequer imaginar que o Brasil merecia desenvolver-se como um país autônomo, para que sua população⁸ pudesse viver num nível de vida mais adequado, que superasse a mera subsistência. O que Portugal queria era que o Brasil produzisse aquilo que eles não podiam produzir, em função do clima, da falta de terra ou mão de obra. Assim, sem orientações e técnicas de aperfeiçoamento, o Brasil seguia sua história sem perspectivas de se desenvolver e afundado na dependência inicial de Portugal e posterior da Inglaterra.

2.2. A relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra

Inicialmente dependente de sua metrópole e posteriormente da Inglaterra, o Brasil acabava por destinar suas riquezas, obrigatoriamente, para estes países, sem poder desenvolver seu próprio território. O controle exercido ao Brasil é apontado pelos autores, em diversos momentos de suas obras, como importante tópico na formação do país. Este período de dependência fez com que o Brasil seguisse sempre atrelado, necessariamente, a alguma potência, inicialmente sua metrópole, depois a Inglaterra, depois os EUA.

Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), o Brasil caracterizava-se como uma empresa mercantil voltada totalmente para o comércio internacional, na qual Portugal assumia o posto intermediário entre a colônia e os mercados consumidores. Aproximadamente 2/3 do que era exportado pelo Reino para outros países fazia-se com mercadorias da colônia. Desse modo, a metrópole comercializava os produtos vindos da colônia com o “supérfluo no estrangeiro”, como diz o próprio autor. O Brasil existia para fornecer estes gêneros, “bastava que os

⁸ Não são desconsideradas aqui as elites brasileiras da época, porém, quando se fala em população brasileira, refere-se ao grande grupo de trabalhadores e escravos que vivia com o mínimo possível para sobreviver.

colonos projetassem outra coisa que ocupar-se em tais atividades, e lá intervinha violentamente a metrópole a chamá-los à ordem.” (PRADO JR., [1942], 1969, p.126)

Portugal exercia seu papel de metrópole para privilegiar-se com aquilo que a colônia podia oferecer-lhe. A mineração brasileira, por exemplo, trouxe muitos benefícios à coroa portuguesa⁹, um deles era o quinto¹⁰, uma espécie de imposto, sobre o ouro brasileiro, que ia diretamente para os cofres portugueses.

Para executar o Regimento, cobrar o quinto, superintender todo o serviço da mineração e resolver pleitos entre os mineradores, bem com destes com terceiros, em questões atinentes à mineração, criou-se um organismo administrativo especial: a Intendência de Minas. Em cada capitania em que houve extração de ouro, organizou-se uma intendência que nas suas atribuições independia completamente das demais autoridades coloniais: só prestava contas e obediência ao governo da metrópole (PRADO JR., [1942], 1969, p. 175)

Assim, as Intendências serviam para cobrar o quinto e fiscalizar os descaminhos do ouro. O que interessava para a metrópole era que o imposto fosse pago por bem ou pelo uso da força. O que permite que se veja o quanto a metrópole impunha-se sobre a colônia, fazendo com que esta fosse totalmente dependente daquela. O importante para a metrópole era que o ouro chegasse ao seu destino: Portugal. Se para isso, deixaria os trabalhadores das minas na miséria, vivendo apenas para a subsistência, não lhe importava. Em verdade, nem o aspecto social, nem o aspecto econômico do Brasil importavam para o reino.

Furtado ([1959], 1974), por sua vez, enfatiza a questão de que além da dominação de Portugal sobre o Brasil, ainda havia outra questão que interferiria fortemente na história deste país. O ponto refere-se intimamente à relação de Portugal com o comércio mundial, em função de que a neutralidade em relação às grandes potências tornara-se impossível. Por isso, Portugal liga-se a Inglaterra, alienando parte de sua soberania e dando origem a acordos que estruturaram tal aliança e marcaram profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil. “Portugal fazia concessões econômicas e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas” (FURTADO, [1959], 1974, p. 33). No acordo de 1661¹¹, por exemplo, uma cláusula secreta firmava que os ingleses defenderiam as colônias portuguesas contra quaisquer inimigos. (FURTADO, [1959], 1974).

O acordo de Methuen entre Portugal e Inglaterra, em 1703, foi celebrado num período de decadência das exportações açucareiras do Brasil e, entrou em vigor exatamente quando o

⁹ Ver tópico 2.3. Ciclo do Ouro no Brasil – Mineração.

¹⁰ A quinta parte do ouro que se extraía no Brasil, que correspondia a 20%, era o imposto devido à metrópole.

¹¹ Em 1661, foi assinado entre Portugal e Inglaterra o Tratado de Paz e Aliança.

ouro do Brasil começou a afluir. O que, conforme Furtado ([1959], 1974), prejudicou inclusive Portugal, pois este teve que renunciar todo o desenvolvimento manufatureiro e transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico proporcionado pela produção do ouro no Brasil. Portanto, a procura por manufaturas, vinda da colônia, transferia-se toda para a Inglaterra, sem efeitos sobre a economia portuguesa, o que ficava ali eram apenas algumas comissões e impostos. Por isso, Furtado ([1959], 1974) afirma que a inexistência de núcleo manufatureiro fez Portugal transformar-se uma dependência agrícola da Inglaterra. O que levou o Brasil, automaticamente, a também iniciar a sua dependência àquele país, além de já depender da metrópole portuguesa.

Assim, “[...] recebendo a maior parte do ouro que então se produzia no mundo, os bancos ingleses reforçaram mais e mais sua posição [...]” (FURTADO: [1959], 1974, p. 83) O ciclo do ouro brasileiro favoreceu o desenvolvimento manufatureiro da Inglaterra, aumentando sua capacidade para importar e, transformando o sistema bancário inglês no principal centro financeiro da Europa. Assim, vê-se que o ouro retirado do solo brasileiro sustentava modificações econômicas, que refletiam no desenvolvimento de Portugal e principalmente da Inglaterra, enquanto no Brasil a única mudança estrutural decorrente da mineração dizia respeito à expansão demográfica: a população de escravos tornou-se, neste período, menor que a de indivíduos de origem européia, em função do fluxo imigratório impulsionado pelo desenvolvimento aurífero no Brasil.

Ademais, a economia mineira no Brasil teria sido relevante em outro aspecto se não fosse tamanha rede de dependência que impedia o desenvolvimento do país. A distância entre a região mineira e os portos encarecia os artigos importados, o que poderia propiciar a ampliação do mercado interno brasileiro. “Contudo, o desenvolvimento endógeno - isto é, com base no seu próprio mercado - da região mineira foi praticamente nulo.” (FURTADO, [1959], 1974, p. 79) A explicação pode ser dada a partir da preocupação da metrópole portuguesa em dificultar o desenvolvimento manufatureiro da colônia. Decretando, inclusive, em 1785, um alvará¹² que proibia qualquer atividade manufatureira.

Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta o mesmo viés da história desta dependência brasileira, afirmando que, na segunda metade do século XVIII, manufaturas autônomas e relativamente grandes começam a surgir na colônia, particularmente o caso da indústria têxtil. “[...] Dá-nos notícias delas o Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, [...] adverte

¹² “[...] o alvará de 5 de janeiro de 1785 mandava extinguir todas as manufaturas têxteis da colônia, com exceção apenas das de panos de algodão que serviam para vestimenta dos escravos ou se empregavam em sacaria.” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 225)

contra o perigo de tais atividades, que não só faziam concorrência ao comércio do Reino, como tornavam os povos da colônia por demais independentes” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 224) Ou seja, a preocupação com o desenvolvimento nacional do Brasil atingia várias instâncias da administração portuguesa, o receio de que a colônia conseguisse alcançar certa autonomia e independência financeira fazia com que os portugueses aumentassem a vigilância e dominação no Brasil.

No entanto, na opinião de Furtado ([1959], 1974), este não foi o principal motivo do insucesso do desenvolvimento interno brasileiro neste período, mas sim, a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em escala ponderável. Se os imigrantes que vieram para o Brasil tivessem alguma experiência manufatureira, surgiriam iniciativas adequadas para que se desenvolvesse uma capacidade de organização e técnica na colônia, porém esta não chegou a conhecer tais iniciativas.

Os autores ressaltam também um detalhe de suma importância neste processo de exploração sobre a colônia. Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que a exploração da colônia pela metrópole tornou-se possível em função do comércio marítimo até 1808¹³, pois o privilégio da navegação reservava-se apenas aos portugueses, garantindo exclusividade do comércio externo brasileiro. No entanto, este privilégio português não impedia o contrabando que era praticado: “Eram os ingleses, os grandes amigos, aliados e protetores de Portugal, os principais contrabandistas” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 231). Dando continuidade à mesma linha de pensamento, Furtado ([1959], 1974) afirma que logo após a abertura dos portos em 1808, são registrados importantes acontecimentos, como em 1810, tratados que privilegiam a Inglaterra e que limitam a autonomia do governo brasileiro no setor econômico. Em seguida, outros dois marcos fundamentais, nessa etapa de acontecimentos políticos, são: a separação definitiva de Brasil e Portugal em 1822 e, o acordo pelo qual a Inglaterra consegue consolidar sua posição, em 1827¹⁴.

Vê-se assim, mais uma vez, os privilégios que foram concedidos à Inglaterra. Contudo, na opinião de Furtado ([1959], 1974), seria um erro supor que tais vantagens concedidas a este país foram a principal causa do Brasil não ter se transformado numa nação moderna já na primeira metade do século XIX, como havia ocorrido com os EUA. Ao justificar tal afirmação, este autor alega que não existia na colônia uma importante classe comerciante, pois o comércio era monopolizado pela metrópole, assim a única classe que

¹³ Em 1808 os portos da colônia foram franqueados a todas as nações.

¹⁴ “Pelo tratado de 1827, o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico” (FURTADO, [1959], 1974, p. 37).

possuía expressão era a dos senhores agrícolas. Independente de como se daria o desligamento da colônia com a metrópole, seria esta a classe que assumiria o poder, como ocorreu em 1831¹⁵. Assim, o desaparecimento da interferência lusitana trouxe privilégios para os grandes agricultores, baixando o preço de mercadorias importadas e aumentando a abundância de suprimentos. O foco econômico brasileiro continuava, dessa forma, direcionando-se para as grandes plantações de produtos tropicais, o que ligava intimamente a colônia com as economias européias, das quais dependia. Desse modo, segundo Furtado ([1959], 1974), o Brasil não constituía um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores. Isto demonstra que não foram, apenas, as vantagens concedidas para a Inglaterra que prejudicaram o desenvolvimento autônomo do Brasil, mas também este perfil da classe dominante que continuava a mercê do comércio de exportação.

Ao retomar a discussão que aborda a presença da Inglaterra no Brasil, é importante salientar que esta não se resume apenas ao viés econômico. Furtado ([1959], 1974) destaca ainda conflitos políticos e ideológicos¹⁶ da primeira metade do século XIX entre dirigentes da agricultura brasileira e a Inglaterra, sendo esta última influenciada pela ideologia liberal. Tal ideologia trouxe dificuldades para economia brasileira: a Inglaterra pretendia impor a eliminação da importação de escravos africanos e a classe de agricultores brasileiros precisou defender-se.

Por fim, não se pode afirmar que se o Brasil tivesse plenas liberdades seu desenvolvimento teria sido intenso. Mas o privilégio aduaneiro para Inglaterra, realizado pelos acordos anteriormente descritos, numa etapa de estagnação do comércio exterior, criou sérias dificuldades para o governo brasileiro. Por isso, de qualquer forma, esta questão não pode ser desconsiderada na história do desenvolvimento brasileiro.

No tocante à independência do Brasil em relação à metrópole portuguesa, os dois autores salientam que poucas mudanças ocorreram. A situação política e administrativa do país, simples colônia de Portugal, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), contribuiu para o pequeno desenvolvimento industrial e a estagnação de seu regime econômico. Quando libertado da dominação portuguesa, sem reformulações em suas bases estruturais, o Brasil continuava a caminhar vagarosamente neste terreno. Para Furtado ([1959], 1974), a

¹⁵ Em 1831, houve a eliminação do poder pessoal de Dom Pedro I e a conseqüente ascensão definitiva ao poder da classe colonial dominante dos grandes proprietários de terra para a agricultura de exportação (FURTADO, [1959], 1974).

¹⁶ Segundo Furtado ([1959], 1974), estes conflitos “contribuíram indiretamente para que se formasse uma clara consciência da necessidade de lograr a plena independência política” (FURTADO, [1959], 1974, p. 95).

independência não trouxe modificações fundamentais, a etapa produtiva permaneceu isolada e dirigida por homens de espírito puramente ruralista.

A forma peculiar como se processou a independência da América Portuguesa teve conseqüências fundamentais no seu subseqüente desenvolvimento. Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e operando-se a independência sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal transferiram-se automaticamente para o Brasil independente (FURTADO, [1959], 1974, p. 36).

Assim, o Brasil deixa de depender de Portugal, mas sua ligação com a Inglaterra ainda continua, como herança da sua metrópole exploradora. Apenas na metade do século XIX que ocorrem fatos, segundo Furtado ([1959], 1974), que marcaram o desenvolvimento do país. O café aumenta a sua importância e ampliam-se as relações econômicas com os EUA, este passa a ser o principal mercado importador do Brasil.

“Essa ligação e a ideologia nascente de solidariedade continental contribuem para firmar o sentido de independência vis-à-vis da Inglaterra” (FURTADO, [1959], 1974, p. 38). Quando expira o acordo entre Brasil e Inglaterra, em 1842, este último consegue resistir à pressão do governo inglês que durante anos negociou para que se firmasse outro documento do mesmo estilo. Assim, com o fim do tratado de 1827, estava finalmente acabado o “passivo político” da colônia portuguesa.

O que os autores pretendiam era demonstrar que essas amarras do Brasil com Portugal e Inglaterra, no sentido de dependência econômica, formaram um dos obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, principalmente no tocante ao aspecto econômico. Com o seu crescimento manufatureiro vigiado por Portugal ou prejudicado com o contrabando inglês e, posteriormente, com “contrabando legal” da Inglaterra legitimado pelos acordos firmados entre Portugal e aquele país, o Brasil teve suas oportunidades de desenvolvimento aparadas por um mercado externo que visava apenas à exploração daquilo que o Brasil poderia oferecer e o aumento de suas próprias capacidades econômicas.

2.3. Ciclo do Ouro no Brasil – Mineração

A exploração da colônia por parte de países europeus como Portugal e Inglaterra, como vimos acima, foi um dos obstáculos ao desenvolvimento do Brasil. Em especial, neste contexto, deve ser ressaltado o caso da mineração, pois foi a partir dela que os “olhos” do outro continente voltaram-se fixamente ao Brasil. O ouro, que não conseguiu impulsionar o

desenvolvimento do país, seguiu caminho para a Europa sem deixar rastros de industrialização e progresso no país.

Tanto Prado Jr. ([1942], 1969) como Furtado ([1959], 1974) destinam parte dos seus livros a este período da colonização brasileira. O primeiro abordou o tema em um de seus capítulos, ao qual deu o nome de **Mineração**. O segundo reservou a terceira parte do seu livro apenas para tratar sobre a **Economia escravista mineira**. Vê-se, dessa forma, que o assunto foi relevante na teoria dos dois autores, por isso, vale ressaltá-lo aqui.

Uma das primeiras escritas, de Furtado ([1959], 1974), sobre a mineração, neste livro, já demonstra o caráter marcante desta economia. Para ele, não há dúvidas que de o empenho do governo português para conservar suas terras na América estava totalmente ligado à esperança de que, algum dia, sairia dali ouro em grande escala. Afinal, o que Portugal poderia esperar desta colônia empobrecida? Segundo Furtado ([1959], 1974), a única alternativa positiva seria a descoberta de metais preciosos. Dessa forma, observa-se, mais uma vez, que o interesse de Portugal sobre a sua colônia traduzia-se sempre na questão comercial e financeira, os benefícios deveriam, no pensamento português, ir de modo corrente apenas para a metrópole.

Para Furtado ([1959], 1974) a economia do ouro só desenvolveu-se tão rapidamente, nos primeiros decênios do século XVIII, em função dos interesses da colônia sobre o produto, este representava uma provável saída do estado de “prostração e pobreza” (FURTADO, [1959], 1974, p. 73) no qual se encontravam tanto a metrópole quanto a colônia. A esperança por melhores oportunidades fez com que se formasse, pela primeira vez, uma grande corrente migratória de Portugal com destino ao Brasil. Conforme contabiliza Furtado ([1959], 1974), neste período a população de origem européia duplica no Brasil¹⁷.

O ouro permitiu ao Brasil uma grande expansão demográfica que, conforme Furtado ([1959], 1974), trouxe transformações fundamentais para as estruturas de sua população. Prado Jr. ([1942], 1969) reforça este argumento apontando a exploração das minas como um dos fatores¹⁸ que determinaram a dispersão do povoamento no Brasil. Inicialmente, em função da agricultura, a maioria da população concentrava-se numa pequena faixa litorânea da colônia, porém, com o rápido e intenso desenvolvimento do ouro, no século XVIII, dá-se a

¹⁷ Vale ressaltar que, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), inicialmente o único critério português para selecionar os colonos que viriam para o Brasil era a condição de cristão católico, a nacionalidade considerava-se secundária. Mas depois da descoberta do ouro na colônia, fizeram-se novas restrições.

¹⁸ Os demais fatores que determinaram a dispersão do povoamento no Brasil, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), foram: a partilha realizada a partir do Tratado de Tordesilhas; o bandeirismo predador de índios; as missões católicas catequizadoras no extremo norte e os consumidores de carne que passam a ocupar o sertão do nordeste.

dispersão populacional pelo interior da colônia. Conforme Prado Jr. ([1942], 1969), apenas com a agricultura, a colonização não teria avançado para o interior, isto foi resultado da mineração e a pecuária.

A base geográfica da economia mineira, segundo Furtado ([1959], 1974), abrangia a vasta região compreendida entre a Serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás.

Prado Jr. ([1942], 1969), complementa a caracterização de Furtado ([1959], 1974) e descreve a região mineira como um conjunto não muito favorável nem para a agricultura, nem para a pecuária: “O relevo acidentado, a natureza ingrata do solo se opunham a tais indústrias. Para o abastecimento da população que nelas se adensou, o que se fez com grande rapidez, teve de se recorrer, a princípio, a territórios não muito próximos” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 57).

Por isso, Furtado ([1959], 1974) ressalta, que o comércio de animais de carga tornou-se fundamental nesta economia, pois longe do litoral, dispersa por regiões montanhosas, a população mineira dependia muito de um sistema de transporte, o que propiciou o desenvolvimento da criação de gado, dentre outras regiões, principalmente no sul do país. Ou seja, a economia mineira acabou abrindo um novo ciclo de desenvolvimento para regiões que viviam independentemente e desenvolviam-se num regime de subsistência. A rentabilidade da atividade pecuarista foi elevada, incentivando a utilização mais ampla das terras e do rebanho. Criou-se assim, segundo Furtado ([1959], 1974), uma interdependência entre diferentes regiões, pois umas se especializaram na criação do gado, outras na engorda ou na distribuição e outras formando os principais mercados consumidores.

Ao comparar a economia mineira com a açucareira, Furtado ([1959], 1974) aponta uma questão importante, a empresa aurífera não possuía uma ligação à terra como acontecia nas regiões do açúcar. Desta forma, como explica o autor:

O capital fixo era reduzido, pois a vida de uma lavra era sempre algo incerto. A empresa estava organizada de forma a poder deslocar-se em tempo relativamente curto. Por outro lado, a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis (FURTADO, [1959], 1974, p. 76).

Esta concentração de todos os recursos na própria extração do ouro é um erro que Furtado ([1959], 1974) ressalta diversas vezes em sua obra: os senhores das grandes economias brasileiras, seja do açúcar, do algodão, do café, ou, neste caso específico, do ouro, sempre invertiam todo o seu capital no mesmo produto, sem pensar nas possíveis crises

econômicas, no desgaste do solo ou no fim dos recursos naturais extraídos. Dessa forma, sem alternativas econômicas para obtenção de renda, Furtado ([1959], 1974) afirma que a fome sempre acompanhava a riqueza nas regiões de ouro. Os elevados preços dos alimentos e animais nas regiões vizinhas era o mecanismo de “irradiação dos benefícios econômicos da mineração” (FURTADO, [1959], 1974, p. 76)

Prado Jr. ([1942], 1969), por sua vez, diferenciando-se de Furtado ([1959], 1974), ressalta na mineração algo positivo em relação à agricultura colonial, para ele, a economia mineira foi submetida desde o início a um regime especial de rigorosa disciplina, diferente do que acontecia com a agricultura. O controle da metrópole sobre a extração do ouro exigia este tipo de rigor. O governo criou um órgão administrativo, como já explicado no tópico anterior, a Intendência de Minas, para fiscalizar e responsabilizar-se sobre a cobrança do quinto¹⁹.

Além disso,

Subordinava-se à Intendência a Casa de Fundição, onde se recolhia obrigatoriamente todo ouro extraído, e onde, depois de fundido, ensaiado, *quintado* (isto é, deduzido do quinto da coroa), e reduzido a barras cunhadas de origem que provava o cumprimento das formalidades legais e com que deviam circular as barras. Só então podia o ouro correr livremente e ser expedido para fora da capitania (PRADO JR., [1942], 1969, p. 176).

Para caracterizar tal exploração, citando Martius, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que “é única na história esta idéia de isolar um território no qual todas as condições da vida civil de seus habitantes ficassem sujeitas à exploração de um bem da coroa.” (PRADO JR., [1942], 1969, p.182). Porém, o regozijo da metrópole portuguesa e da Inglaterra com os minérios brasileiros não durou por muito tempo. Furtado ([1959], 1974) ressalta que a exportação do ouro cresce e alcança ponto máximo em 1760, cerca de 2,5 milhões de libras. Por volta de 1780, seu declínio foi rápido, não alcançava 1 milhão de libras.

A economia mineira poderia ter sido um importante componente para desenvolvimento do Brasil, principalmente no que se refere ao crescimento do mercado interno. Se o ouro brasileiro não precisasse enriquecer a corte portuguesa e os bancos ingleses, ele teria permanecido de forma integral no Brasil colônia e, a história configurar-se-ia de modo diferente. Mais uma vez, ressalta-se o intuito dos autores em suas obras: denunciar o quanto prejudiciais, ao desenvolvimento econômico brasileiro, foram os vínculos internacionais de dependência que o Brasil possuía.

¹⁹ Ver tópico 2.1. A Colonização.

Decorrente inclusive desta exploração, o tempo de duração do ciclo aurífero brasileiro foi curto, na segunda metade do século XVIII já se via a decadência da economia mineira no país. “No alvorecer do século XIX, a indústria mineradora do Brasil, que se iniciara sob tão brilhantes auspícios e absorvera durante cem anos o melhor das atenções e atividades do país, já tocava sua ruína final” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 169).

O início da crise do ouro foi marcado, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), pela mobilidade da população, que migrava em grande quantidade com esperanças de encontrar novas perspectivas. O eixo econômico desloca-se da mineração para a agricultura, do interior novamente para o litoral. Tanto que, o litoral agrícola, como Pernambuco e Bahia, que antes haviam entrado em decadência no período do século XVII, volta a “brilhar”. Deu-se assim, aquilo que Prado Jr. ([1942], 1969) chamou de “movimento centrífugo da população mineira” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 81), que saiu em busca de um lugar melhor para viver em direções, sobretudo, de leste, sul e oeste.

Ademais, quando se inicia a decadência do ouro surgem os garimpeiros, que são destacados na obra de Prado Jr. ([1942], 1969), o autor afirma que os garimpeiros eram odiados e perseguidos pela administração, pois viviam à margem da lei, invadindo áreas proibidas para minerar nelas; os mesmos eram admirados pelo povo e temido por todos. A partir daí, tornou-se impossível deter o contrabando, conforme Prado Jr. ([1942], 1969), a administração foi obrigada a fechar os olhos e o fim da economia mineradora foi inevitável.

Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta que com o desmantelamento da economia mineira, parte da população passa a vegetar a margem da vida colonial. Segundo ele, de um lado estava a grande lavoura e o que sobrava da mineração, de outro, as demais atividades na categoria geral de economia de subsistência. Reiterando tal afirmação, Furtado ([1959], 1974) destaca que: “Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas - à exceção de alguma agricultura de subsistência -, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência.” (FURTADO, [1959], 1974, p. 84) Deste modo, a rentabilidade da mineração tendia a zero, antigos empresários tornavam-se simples faiscadores e rendiam-se à simples economia de subsistência, constituindo um dos principais núcleos demográficos do país.

A mineração, assim, representou o período de maior exploração e dominação do Brasil pelos países europeus. Os autores demonstram que o ouro só se desenvolveu rapidamente porque convinha a Portugal que fosse assim. Da mesma forma, o regime da empresa mineira

só seguia certo rigor, para que a metrópole não perdesse um quilate²⁰ de ouro, no quinto que era cobrado da colônia. Ao mesmo tempo em que essa economia trouxe um crescimento demográfico ao país e desenvolveu a atividade pecuária em diversas regiões que viviam isoladas do resto do território brasileiro, ela também resultou em pobreza e desigualdade, pois com o seu término, a população ficou à margem da sociedade, sem qualquer outra opção de trabalho a não ser a agricultura de subsistência. A economia mineira poderia ter desenvolvido o mercado interno brasileiro e estabilizado o seu comércio exterior concomitantemente, mas não foi isso que aconteceu. Após este período, o Brasil continuava como simples exportador de produtos primários, estagnado nesta qualificação e sem conseguir capacidade técnica capaz de fomentar o seu desenvolvimento interno.

2.4. O Brasil: um produtor de matéria prima sem técnica para se desenvolver

Como vimos, desde o seu descobrimento, o Brasil foi visto apenas como uma empresa disposta a suprir as necessidades de Portugal, a legítima caracterização de uma colônia de exploração. Contudo, esta situação perdurou, mesmo após sua independência política: o Brasil continuou a depender economicamente dos países europeus e não saiu da sua estagnação como país produtor de matéria prima. A falta de industrialização, de técnicas e de recursos para isto, são aspectos destacados pelos dois autores que, apesar de abordarem períodos diferentes em suas obras, complementam-se. Prado Jr. ([1942], 1969) descreve com detalhes este país exportador de produtos primários durante o período colonial, por outro lado, Furtado ([1959], 1974) enfatiza, principalmente, o perfil econômico brasileiro dos séculos XIX e XX²¹. A partir daí, percebe-se que a situação econômica do país pouco mudou no decorrer dos anos, pois o que denunciam assemelha-se nos diferentes períodos.

Prado Jr. ([1942], 1969) salienta, na introdução do livro, a falta de um mercado interno sólido e organizado no Brasil e denuncia que a subordinação da colônia aos países europeus não se dava apenas na economia, mas também, em outros setores, isso impedia que a economia do país evoluísse de colonial para nacional, ou seja, desenvolvesse o seu mercado interno. Para Prado Jr. ([1942], 1969), a colônia, marcada por um caráter mercantil, servia apenas para produzir gêneros de grande valor comercial para o exterior e, assim, enriquecer a sua metrópole. Era necessário, desse modo, que recrutassem raças consideradas inferiores, as

²⁰ O quilate é a medida de pureza do metal, e não de peso. Um quilate de ouro é o seu peso total dividido por 24.

²¹ A parte mais extensa do livro de Furtado ([1959], 1974) é a quarta, que aborda justamente o período do século XIX.

quais pudessem dominar, como, os índios e negros. Em verdade, o que importava para a metrópole era aquilo que o Brasil era capaz de produzir e fornecer-lhe; os possíveis danos sociais e geográficos que viriam a causar não lhe importavam.

Como diz Prado Jr. ([1942], 1969), a monocultura brasileira acompanhada da grande propriedade existia apenas para a produção destes gêneros tropicais ou minerais de grande importância. “A agricultura é o nervo econômico da civilização. [...] Numa palavra, é propriamente na agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 130) Foi isto que levou o Brasil a, no século XVIII, obter, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), posição única no comércio dos produtos tropicais, com ênfase para o açúcar e o algodão.

Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), era nas grandes lavouras que acontecia a exploração em larga escala, como por exemplo, nos engenhos. No entanto, é de suma importância ressaltar a agricultura de subsistência. Tanto que, em seu livro, Prado Jr. ([1942], 1969) faz questão de distinguir em capítulos diferentes os dois modos de produção, “a grande lavoura que produz para a exportação, e a agricultura que chamei de subsistência, por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 157).

O autor citado acima, conta que de um modo geral e a princípio, a população que ocupava as grandes lavouras e as fazendas de gado provia suficientemente a sua subsistência com culturas alimentares a que se dedicava, sem necessidade de recorrer para fora dali. Porém, quando a alta dos preços dos produtos exportáveis era muito relevante, a maioria da população abandonava suas produções alimentares e concentrava-se apenas naqueles gêneros de exportação. Por este motivo, constituem-se lavouras especializadas unicamente à produção de gêneros alimentares. Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), o interior paulista, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul abasteciam Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Porém, segundo o próprio autor, este caráter secundário que se deu à agricultura de subsistência criou um problema sério para a população colonial: tratava-se do “[...] abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre regra. [...] há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que freqüentemente se tornam em fome declarada e generalizada” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 163).

Assim, sem nenhum tipo de orientação, sem técnica específica para iniciar plantações alimentícias em policulturas e sem incentivo para o desenvolvimento do mercado interno do país, os trabalhadores direcionavam-se para aquilo que achavam ser mais rentável, uma economia ligada às grandes propriedades de terra e voltada para o comércio externo.

Prado Jr. ([1942], 1969) aponta, ainda, um aspecto de extrema importância para esta questão ao dizer que, “no terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período praticamente nulo” (PRADO JR., [1942], 1969, p.135) O esgotamento do solo e o desmatamento, decorrentes da monocultura das grandes lavouras, justificam o seu argumento. Outra característica da produção brasileira que contribuiu para este quadro foi a separação entre a agricultura e a pecuária, que Prado Jr. ([1942], 1969), denomina como “fatal”, pois privava o solo do único elemento fertilizante que a colônia dispunha, o estrume dos animais. Prado Jr. ([1942], 1969) lembra, ainda, que a pecuária brasileira era realizada sem estabulação, silagem e outros processos de criação intensiva. “Tudo isto, evidentemente, estava muito acima das possibilidades dos colonos; nem o mais simples preparo ou melhoria dos pastos, salvo o grosseiro sistema de queimada, entrava nas suas cogitações” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 188). O gado era deixado às leis da natureza, criado sem atenção, o maior cuidado existente era evitar o seu extravio e o reunir quando necessário.

Ademais, Prado Jr. ([1942], 1969), ressalta a região extrativa da Amazônia, na qual a população de alguns brancos e muitos índios estabelecia uma agricultura próxima ao delta e tentava superar as condições naturais características da região, como os igapós. Priorizavam, assim, a ocupação de terras próximas aos rios e tinham o peixe como alimento principal. A base econômica do local era a extração natural da imensa floresta, que apesar de supostamente rica em diversidade animal e vegetal, deu apenas alguns produtos de expressão comercial mínima e em quantidades restritas. Desse modo, a Amazônia, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), “ficará na pura colheita; e por isso vegetará, assistindo impotente ao arrebatamento de suas maiores riquezas naturais por concorrentes mais bem aparelhados” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 216) Para este autor, na época em que escreveu seu livro, a colonização do vale amazônico ainda era uma “incógnita”.

A migração de população dentro do país foi algo freqüente em função das oportunidades que surgiam ou das que minguavam, eles seguiam em busca daquilo que lhes trouxesse a melhor qualidade de vida, migrando na maioria das vezes do litoral para o interior, ou vice-versa. Ao explicitar o que acontece no final do século XVIII, com a decadência do ouro, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que a migração da população dentro do país em busca de novas oportunidades era natural e decorria do caráter econômico da colônia.

No Brasil, este fato é particularmente sensível pelo caráter que tomara a colonização, aproveitamento aleatório em cada um de seus momentos, como veremos ao analisar a nossa economia, de uma conjuntura passageiramente

favorável. Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um comércio instável e precário sempre. [...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos materiais da população que nela habita. Daí sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos. (PRADO JR., [1942], 1969, p. 73).

Quando se refere às artes e à indústria, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que estas ocupavam um plano “inexpressivo” na economia da colônia. Resumiam-se em ofícios mecânicos, manufaturas de pano e vestuário e pequenas siderurgias. Em princípios do século XIX, o autor destaca dois setores mais relevantes: as manufaturas têxteis e do ferro. A colônia contava com matéria-prima abundante e mercado local relativamente importante para ambos.

Porém, como já foi ressaltado em outro tópico do capítulo²², o alvará de 5 de janeiro de 1785 mandou extinguir todas as manufaturas têxteis da colônia, autorizando apenas as de panos de algodão que serviam para vestimenta dos escravos ou se empregavam em sacaria. O receio de que a colônia viesse a desenvolver-se e livrar-se da dependência portuguesa, fazia com que a metrópole tomasse este tipo de atitude, bloqueando, como sempre, qualquer tipo de desenvolvimento técnico do Brasil.

Prado Jr. ([1942], 1969) também destaca que, com a vinda da corte para o Rio de Janeiro, nasciam dias melhores para a manufatura têxtil brasileira. O alvará de 1 abril de 1808 revogou a proibição de 1785. Mas, o Brasil tinha uma concorrente na produção de tecidos muito bem aparelhada, a Inglaterra. A indústria de ferro, por sua vez, privilegiada pela abundância de minérios e sua fácil extração no país “foi mais feliz que a manufatura de tecidos” (PRADO JR., [1942], 1969, p 226). No entanto, é importante lembrar-se da oposição oficial do reino em relação ao desenvolvimento da indústria de ferro no Brasil. Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta que aqueles que sabiam fundir o metal já se tornavam, imediatamente, suspeitos de idéias extremadas e subversivas, o que os fazia vítimas de perseguições metropolitanas²³. O que acontecia era que Portugal temia

[...] a concorrência numa mercadoria, que embora não fosse natural do Reino, dava grandes lucros ao seu comércio; e também a sempre temida independência econômica da colônia, prelúdio da política (PRADO JR., [1942], 1969, p. 226).

²² Consultar tópico 2.2. A relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra.

²³ Um caso similar acontecia com os ourives que ao facilitar o descaminho do ouro, acabavam por permitir a fraude no pagamento do quinto, resultando na tenaz perseguição por parte da metrópole.

Assim como já foi destacado em muitos momentos deste capítulo, aquilo que o autor realmente pretende é demonstrar que o Brasil continuava, com o passar dos anos, sempre a mesma colônia ligada à economia da Europa como simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio, enquanto na verdade, possuía muitos fatores²⁴ que poderiam ser aproveitados na busca pela autonomia econômica. Por isso que, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), no fim do século XVIII começam a aparecer e se multiplicar os reformadores e seus projetos de independência. Alguns idealizando o restabelecimento do sistema em sua pureza original, outros aspirando reformas substanciais no país. O governo metropolitano respondia as agitações e concordava que o sistema necessitava de reformas, porém as que foram realizadas – como a liberdade para o estabelecimento de manufaturas de ferro em 1795, ou a reforma do regime de mineração em 1803 – se frustraram na prática, pois não tocaram nos elementos fundamentais do sistema (PRADO JR., [1942], 1969).

Para Prado Jr. ([1942], 1969), a política portuguesa sempre viu o Brasil estritamente do aspecto financeiro, não havia uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, apenas finanças a cuidar. Esta, para o autor, era a principal razão da metrópole não conseguir reformas substanciais na colônia. Assim, o autor se pergunta: “Como pois reformá-la senão pela separação da colônia?” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 363) Surgem, a partir daí, muitas idéias de reformas, separação e independência, estas seguiam a influência das colônias da América do Norte que já haviam conquistado a independência em 1776 e da Inconfidência mineira (1789) e Inconfidência da Bahia (1798), no Brasil.

Assim, a conclusão de Prado Jr. ([1942], 1969) é a de que o espírito revolucionário e de insatisfação da população brasileira era conseqüência dos atos e abusos da administração, exercidos pela metrópole. Estes justificavam as atitudes extremadas e revolucionárias, além de contribuir com a última “gota d’água no copo transbordante” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 368).

O atrofiamiento da economia brasileira também se faz presente na teoria de Furtado ([1959], 1974). Em muitos momentos, a obra indaga a respeito deste Brasil sem tecnologia, produtor de gêneros primários para o comércio exterior e com dificuldades de desenvolvimento. Inicialmente, Furtado ([1959], 1974) apresenta um aspecto da história econômica brasileira que deve ser ressaltado neste tópico: a participação dos holandeses no comércio açucareiro. Quando descreve o período inicial do ciclo do açúcar, ele evidencia a importância dos holandeses, no que diz respeito ao poder financeiro, para a comercialização

²⁴ Vasto território, monopólio de alguns produtos tropicais, população disposta a trabalhar.

deste gênero. Os portugueses tinham a experiência técnica, mas foi apenas com o investimento dos holandeses que houve a expansão da capacidade produtiva. Quando foram expulsos do nordeste brasileiro, os holandeses levaram consigo a experiência e a técnica que tinham aprendido na colônia portuguesa e fizeram as colônias inglesas, nas Antilhas, grandes concorrentes na produção do açúcar, com novos equipamentos e uma posição geográfica mais favorável.

Num dos poucos momentos em que o Brasil era o detentor de uma técnica específica para produzir um importante gênero, como o açúcar, no comércio exterior, acontecimentos como estes fizeram com que se interrompesse a sua linha de desenvolvimento e o país perdesse o monopólio do produto. Além do Brasil já não possuir opções de desenvolvimento e alternativas diversas para produzir renda, o pouco de sua técnica e especialização, vai sendo simplesmente copiada e superada.

O período açucareiro, de qualquer forma, trouxe um considerável crescimento²⁵ ao país, persistindo durante todo um século. No entanto, conforme Furtado ([1959], 1974), esse crescimento se realizava sem que houvesse grandes modificações estruturais no sistema econômico. O empresário não se preocupava com mudanças na estrutura econômica, sua posição era favorável, qualquer unidade produtiva que viesse a paralisar, não traria grandes gastos ao produtor, em função deste utilizar-se apenas da força de trabalho escravo. Para Furtado ([1959], 1974), “as paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura” (FURTADO, [1959], 1974, p. 51)

Contudo, afirma Furtado ([1959], 1974), quando houve a queda no valor das exportações do açúcar foi necessário reajustar o sistema econômico num nível de exportações mais baixo. As desvalorizações cambiais refletiam a extensão do desequilíbrio provocado na economia portuguesa. As conseqüências deste desequilíbrio são apresentadas pelo autor:

Esses fatores contribuíam para a reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local, etc (FURTADO, [1959], 1974, p. 69)

²⁵Para Furtado ([1959], 1974), “crescimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva no ativo da empresa, sem se transformar estruturalmente.” (FURTADO, [1959], 1974, p. 52)

No que diz respeito à técnica e à industrialização brasileira, Furtado ([1959], 1974) acreditava que a condição para o desenvolvimento da economia brasileira, em meados do século XIX, principalmente, era a expansão de suas exportações. Pois fomentar a industrialização nessa época, sem o apoio de uma capacidade para importar, seria tentar algo impossível num país totalmente carente de base técnica. Como afirma Furtado ([1959], 1974),

as iniciativas de indústria siderúrgica da época de Dom João VI fracassaram não exatamente por falta de proteção, mas simplesmente porque nenhuma indústria cria mercado para si mesma, e o mercado para produtos siderúrgicos era praticamente inexistente (FURTADO: [1959], 1974, p. 106)

Furtado ([1959], 1974) justifica sua hipótese com o exemplo prático da economia brasileira: excluído o café, o valor das exportações de 1850 é inferior ao que foi no começo do século, na primeira metade do século XIX e, segundo o autor, foi este estancamento das exportações a causa principal do grande atraso da economia brasileira. Somente um desenvolvimento do setor não ligado ao comércio exterior teria sido para Furtado ([1959], 1974) uma alternativa para evitar o declínio relativo das exportações. Mas, seja por falta de técnica, de orientação correta ou mesmo interesse dos grandes proprietários e administradores brasileiros, o único setor além do exportador, que se desenvolveu foi o de subsistência.

Isto mostra, segundo o autor, mais uma vez, o fraco perfil de desenvolvimento brasileiro, o país continuava mesmo após a independência, numa econômica baseada na exportação de produtos primários e sem técnica para desenvolver e industrializar-se. O país, sem condições de buscar a industrialização, necessitava do apoio de outros países, que neste caso, nunca se interessaram pelo desenvolvimento brasileiro, tanto Portugal como a Inglaterra, sempre viram o Brasil como uma empresa de produtos primários pronta para suprir as necessidades européias, nunca se preocuparam com o seu desenvolvimento interno ou crescimento econômico e social, queriam apenas explorá-lo.

Em função disso que Furtado ([1959], 1974) analisou e sugeriu que num país sem técnica própria, sem formação de capitais que pudessem ser desviados para outras atividades, a única saída no século XIX era desenvolver o comércio internacional. Pois, segundo ele, para desenvolver o comércio interno, é preciso que o organismo econômico alcance certo grau de complexidade, caracterizado pela autonomia tecnológica. “Para contar com a cooperação do capital estrangeiro, a economia deveria primeiro retomar o crescimento com seus próprios meios” (FURTADO, [1959], 1974, p.111)

O Brasil chegou a desenvolver muito bem o seu comércio internacional, pois conforme aponta Furtado ([1959], 1974), no último decênio do século XIX, a situação da cultura do café era favorável. A oferta de café crescia, não em função do aumento da procura, mas sim da disponibilidade de mão-de-obra e terras, e da vantagem de exportação deste artigo. Desse modo, a partir das condições favoráveis que o país oferecia para esta cultura, os empresários brasileiros tiveram a oportunidade, segundo Furtado ([1959], 1974), de controlar três quartas partes da oferta mundial do produto.

Porém, não aproveitaram os lucros deste período para desenvolver o mercado interno, invertiam todo o lucro na produção de monocultura cafeeira. Assim, as crises alcançaram o crescimento da economia cafeeira. Furtado ([1959], 1974) conta que na primeira crise de superprodução, no início do século XX, os empresários brasileiros estavam em situação privilegiada para defender-se contra a baixa de preços. O que necessitavam era de recursos financeiros para reter parte da produção fora do mercado, isto é, para diminuir artificialmente a oferta. Mas a partir da crise de 1893, os preços do café começaram a declinar em nível do mercado mundial, e a queda do preço das sacas de café decorrente desta situação trouxe a intranqüilidade social e levou a adoção de uma política de recuperação da taxa de câmbio.

Um convênio, celebrado em Taubaté²⁶, em 1906, definiu as bases da política de “valorização” do café. Em essência, segundo Furtado ([1959], 1974), essa política consistia no seguinte: restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo intervir no mercado, comprar os excedentes; financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; a fim de solucionar o problema, a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Esse mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou até fins do terceiro decênio do século XX. Com a crise mundial, de 1929, a situação tornou-se mais vulnerável. Furtado ([1959], 1974) explica que, de 1925 até 1929, houve um crescimento de quase cem por cento, o que revela uma enorme quantidade de arbusto de café plantado neste período, que veio a ocasionar, portanto, um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Furtado ([1959], 1974) afirma que retirar do mercado parte dessa produção era a única forma de evitar que a oferta se elevasse acima da procura, o objetivo era manter um consumo *per capita* mais ou menos estável a curto prazo. No entanto, para comprar o café que era

²⁶ Taubaté é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo. Localizado no Vale do Paraíba, a 130 km da capital paulista e a 280 km do Rio de Janeiro.

retirado do mercado foi preciso empréstimos externos, que serviam de base para a expansão de meios de pagamento. O resultado disto foi uma grande pressão inflacionária.

O único modo de ter evitado tal situação era, segundo Furtado ([1959], 1974), o desestímulo às inversões em plantações de café, atitude deveria ter sido tomada junto à política de defesa dos preços, só assim, poder-se-ia ter impedido os períodos de crise e desenvolvido outros setores do mercado interno. O ideal, desse modo, para Furtado ([1959], 1974), era estimular outras exportações através de uma política de subsídios, o que só seria possível com a transferência de recursos financeiros do setor cafeeiro.

No que diz respeito ao desenvolvimento técnico e aumento da produção industrial neste período, Furtado ([1959], 1974) afirma que para o mercado interno desenvolver sua capacidade, particularmente no campo industrial, era preciso importar equipamentos, mas estes se faziam caros em função da depreciação do valor externo da moeda. Assim, a alternativa era o melhor aproveitamento da capacidade já instalada no país, como fez a indústria têxtil, que aumentou sua produção nos anos que seguiram a crise sem melhorias na sua capacidade produtiva. Além disso, havia a possibilidade de adquirir equipamentos de segunda mão, por preços mais baixos. Destarte, o Brasil sempre cambaleou por essas situações, ou aceitava sua posição de país dependente e produtor de gêneros primários com traços de industrialização, utilizando apenas a capacidade técnica ali existente, ou, em seus momentos de maior esperança, como nesta época de pós-crise, buscava equipamentos usados, provenientes de fábricas falidas em países fortemente prejudicados pela crise.

Ao comparar a economia industrial com a economia exportadora-escravista, sendo a última o caso do Brasil, Furtado ([1959], 1974) afirma que a expansão da indústria seguiu sempre as mesmas linhas: gastos monetários na importação de equipamentos, de materiais de construção e de mão-de-obra escrava. Numa economia industrial, dos países desenvolvidos, a inversão²⁷ faz crescer a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma. A inversão se transforma em pagamento a fatores de produção. Numa construção, por exemplo, a inversão está constituída pelo pagamento do material e força de trabalho naquela utilizados. Numa economia exportadora-escravista, num país subdesenvolvido, difere: uma parte da inversão fica em pagamentos feitos do exterior, como a importação da mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção, e a parte maior, tem como origem a utilização da força do trabalho escravo. Assim, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção da mão-de-obra, e o valor do produto do trabalho da mesma torna-se o lucro para o empresário.

²⁷ Uma espécie de reinvestimento.

A economia açucareira, por exemplo, representando este modelo, acabava por assumir um fluxo de renda que se resumia a operações contábeis, o que gerou suposições de que esta seria uma economia semifeudal. Mas Furtado ([1959], 1974) responde a indagação dizendo que não, pois esta vive totalmente voltada para o mercado externo, diferente da economia feudal.

Furtado ([1959], 1974) também evidencia a questão da degradação do solo e despreocupação com a preservação da natureza. Ele afirma que o empresário sempre estava apenas interessado em aplicar o seu capital nas plantações, para obter mais lucros, nunca se importava com a melhora dos métodos de cultivo. Como existia terra em abundância os empresários utilizavam-na aplicando o mínimo de capital possível. Para Furtado ([1959], 1974), a destruição do solo do ponto de vista social era inescusável, porém do ponto de um empresário privado, que visava apenas lucros, era perfeitamente concebível. Enfatizando a mesma crítica, este autor ainda, ressalta a questão da indústria extrativa ao afirmar que “o esgotamento de uma reserva mineral representa a alienação de um patrimônio cuja ausência poderá ser lamentada pelas gerações futuras” (FURTADO, [1959], 1974, p. 163)

Segundo dados baseados na renda per capita do país, Furtado ([1959], 1974) afirma que havia indicações de que a taxa de crescimento da economia brasileira do século XIX e XX poderia ter sido relativamente estável. O problema do atraso relativo da economia brasileira na etapa atual, segundo ele, tem sua causa não no ritmo de desenvolvimento dos últimos cem anos, que foi mais intenso, mas no retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores. O Brasil sem conseguir se integrar nas correntes de expansão do comércio mundial acabou por criar profundos “abismos de diferença” entre seu sistema e o daqueles países, diferenças estas que se relacionam com os problemas do “subdesenvolvimento” atual da economia brasileira.

Vê-se, aqui, a certeza, por parte do autor, de que o Brasil teve oportunidades de crescimento e a expectativa de que é um país que pode desenvolver-se e adquirir técnica de industrialização se seguir os caminhos corretos. A análise da real situação do Brasil comparado aos demais países envolvidos no comércio mundial torna-se a estratégia de Furtado ([1959], 1974) para desvendar os obstáculos ao desenvolvimento que não souberam ser vencidos na formação econômica do Brasil.

A partir da descrição feita acima, que leva em conta as teorias destes dois autores, nota-se que eles tocam em questões semelhantes e complementam-se no decorrer da análise sobre o desenvolvimento técnico brasileiro. Para ambos o Brasil desenvolvia-se a passos lentos, estagnado em sua economia de exportação e participando do comércio mundial ainda como uma mera colônia de exploração.

A falta de reformas estruturais no Brasil revela-se na argumentação dos dois autores. Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que já no período colonial a metrópole reconhecia a importância de reformas estruturais no Brasil, porém nunca tocaram nos elementos fundamentais do sistema brasileiro. Furtado ([1959], 1974), por sua vez, afirma terem existido períodos de grande crescimento econômico no Brasil, que não duraram muitos anos, em função, de virem desacompanhados de mudanças estruturais. Entendem-se essas reformas estruturais, como uma readaptação da economia brasileira, pois a economia colonial não poderia persistir para sempre no território brasileiro, para desenvolver-se era preciso que as bases econômicas modificassem, era preciso transformar as raízes que formavam o perfil econômico do Brasil, e não só ele, mas também o perfil social e o político.

O desenvolvimento do mercado interno no Brasil faz parte do centro teórico desta discussão. Prado Jr. ([1942], 1969) acreditava na importância de desenvolver este viés no país, afirmando, como foi visto acima, que a economia brasileira precisava passar de colonial para nacional. Furtado ([1959], 1974), por seu turno, acreditava que somente o desenvolvimento de um setor não ligado ao comércio exterior teria evitado o declínio das exportações. Ao propor, posteriormente, a hipótese de que o país deveria primeiro desenvolver o mercado externo, atingindo complexidade econômica suficiente para buscar sua autonomia, e depois desenvolver o mercado interno, Furtado acaba por criar um ciclo: era preciso desenvolver o mercado externo, criar complexidade econômica com isto, então, desenvolver o mercado interno e, com o desenvolvimento deste garantir uma defesa econômica nos períodos de crise, que não deixariam que as exportações declinassem, ou seja, que a oferta ficasse maior que a procura, prejudicando o mercado externo.

DIAGRAMA 1:

Ciclo de desenvolvimento do mercado interno baseado na teoria de Furtado ([1959], 1974)



Fonte: representação gráfica elaborada pela autora.

De qualquer maneira os dois autores perpassam este assunto do desenvolvimento do mercado nacional, e, com razão, vêem este como um dos principais motivos de o Brasil não ter se desenvolvido com maior rapidez. A falta deste desenvolvimento endógeno, fez com que as crises atingissem de forma brusca este país que tinha apenas uma alternativa de produção: os gêneros para exportação, ora o açúcar, ora o algodão, ora os minérios ou o café.

Nenhum outro setor do país desenvolveu-se quando havia recursos financeiros para isso, o lucro voltava sempre, conforme já visto aqui, para as grandes plantações de monocultura. O único setor que acabou, por necessidade, ganhando ênfase neste quadro, além da grande lavoura, foi a agricultura de subsistência, que é salientada tanto por Prado Jr. ([1942], 1969), como por Furtado ([1959], 1974).

Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta a importância desta alternativa, pois em momentos em que este tipo de cultivo foi deixado de lado para investir-se apenas em produtos exportáveis, que relativamente davam mais lucro, faltavam alimentos em regiões do país. Furtado ([1959], 1974), por sua vez, ressalta em seu livro, que este tipo de agricultura foi a salvação de algumas regiões do país por grandes períodos, como no nordeste na época de decadência da economia açucareira, ou então, na decadência das minas, quando muitos empresários tornaram-se simples fiscores ou partiram para a agricultura de subsistência. Nota-se que a alternativa nos períodos de crise, sem nenhum outro setor da economia

brasileira disponível e desenvolvido, era a agricultura de subsistência. Esta, ao menos, garantia a alimentação daqueles que não possuíam outras expectativas para obtenção de renda.

A questão da colonização e independência do Brasil é abordada pelos autores de modo diferente, em função dos períodos abordados em seus livros, apesar disso, a crítica que fazem é a mesma, a de que com o passar dos anos pós a colonização praticamente nada mudou. Praticamente não houve evolução na capacidade técnica do país e o desenvolvimento econômico, esperado pelas agitações populares em prol independência, não aconteceu.

Outro ponto em que os autores concordam e que é relevante no que diz respeito à falta de técnica e desenvolvimento brasileiro é a degradação da natureza. Prado Jr. ([1942], 1969) aponta a problemática da degradação do solo, no período da colonização brasileira, recorrente da monocultura e da separação entre a agricultura e a pecuária, além da crítica a respeito do extrativismo na Amazônia. Furtado ([1959], 1974), por sua vez, lembra que o empresário brasileiro não se preocupa com o meio ambiente. O Brasil possuía terras em abundância, o que fazia que o este produtor não se interessasse em preservar aquele território e melhorar o método de cultivo, o seu objetivo era aplicar seu capital e obter cada vez mais lucros.

A partir deste tópico como um todo, vê-se a crença, por parte dos autores, de que o Brasil poderia ter se desenvolvido e tornado os seus períodos de crescimento mais proveitosos para a economia brasileira. Tanto Prado Jr. ([1942], 1969) como Furtado ([1959], 1974) enfatizam momentos em que o Brasil esteve com grande taxa de crescimento econômico, mas não soube fazer uso desde momento de esplendor no comércio mundial para se desenvolver. Prado Jr. ([1942], 1969) afirmou que no século XVIII o Brasil ocupou lugar único no comércio de produtos tropicais, com destaque para o açúcar e o algodão. Furtado ([1959], 1974), por sua vez, destacou que no último decênio do século XIX, os cafeeiros do Brasil aproveitavam a situação favorável da cultura do café no país para controlar três quartas partes da oferta mundial do produto. Isso prova que o Brasil teve oportunidades de seguir o seu desenvolvimento, o que lhe faltou foram orientação e técnica para conseguir ocupar de modo definitivo o mercado externo e desenvolver fortemente o seu mercado interno.

3. OS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO

Além dos obstáculos vistos acima, o desenvolvimento brasileiro, na visão de Prado Jr. ([1942], 1969) e Furtado ([1959], 1974) ainda encontrou outros elementos que impediram o seu acontecimento de forma intensa e sustentável no Brasil. A formação racial brasileira; a desigualdade, num país controlado pelos grandes proprietários de terras; o perfil administrativo brasileiro; e os ciclos alternados de progresso e decadência são obstáculos que também sofreram certa influência da relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra, mas são colocados a parte, neste trabalho, em função de representarem óbices importantes não só na história do desenvolvimento econômico brasileiro, mas também no desenvolvimento social do país.

3. 1. As relações de raça no Brasil

Tanto Prado Jr. ([1942], 1969) como Celso Furtado ([1959], 1974) ressaltam a escravidão e a miscigenação das raças no Brasil como uma questão relevante na formação deste país. Ambos evidenciam as diferenças raciais existentes, em especial no período colonial, a partir, principalmente, da exploração de mão-de-obra. Apesar de Prado Jr. ([1942], 1969) dar mais ênfase aos aspectos sociais e Furtado ([1959], 1974) priorizar uma vertente mais economicista, em função do período histórico e intelectual em que se encontravam, as abordagens de tais autores sobre este assunto diferenciam-se, porém complementam-se, pois ambos percebem a relevância deste quesito, em nosso desenvolvimento, como um grande obstáculo.

Prado Jr. ([1942], 1969) foi influenciado por importantes períodos da sociologia brasileira, que, segundo Liedke Filho (2005), desde os primeiros pensadores sociais, sob a influência filosófico-social européia ou norte-americana, já abordava questões como a identidade nacional, focando-se na temática racial e, complementava o estudo no período da “Sociologia de Cátedra”, ao ressaltar a questão da miscigenação brasileira. Além disso, dando emergência para uma “Sociologia Científica”, a Sociologia Contemporânea partia do paradigma estrutural-funcionalista para expressar a “Teoria da Modernização” - análise do processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

Assim, entende-se porque a questão a respeito da formação racial brasileira transpassa do início ao fim a obra de Prado Jr. ([1942], 1969). No capítulo denominado **Raças**, o autor

afirma que o Brasil se constitui inicialmente por três raças²⁸: os índios, os brancos e os negros. E a partir daí, passa a envolvê-las e cruzá-las intensamente junto aos demais capítulos do livro.

Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), até princípios do século XIX, os brancos que compuseram a população brasileira eram em sua maioria portugueses, povoaram o Brasil através de uma imigração espontânea e uma oficialmente estimulada.

O índio, por sua vez, visto como mão-de-obra aproveitável e importante povoador para a imensa área a ser ocupada na colônia, foi submetido à exploração e escravidão por parte dos colonos portugueses²⁹. Destaca-se aqui a importância dos jesuítas no que diz respeito ao relacionamento com o índio, pois era preciso “incorporá-lo à comunhão luso-brasileira, arrancá-lo das selvas para fazer dele um participante integrado na vida colonial: um colono como os outros” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 92)

Todavia, os índios, na opinião de Prado Jr. ([1942], 1969), viviam segregados da ordem social nas aldeias jesuíticas, num regime disciplinar - quase uma caserna - eram impelidos pela voz incontestável de seus mestres e chefes, os padres. Assim, “o índio se tornava incapaz de aproveitar os ensinamentos da civilização que lhe tinham sido ministrados.” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 92) Num primeiro momento é natural pensar que os jesuítas trouxeram importantes modificações para as aldeias indígenas, dentre elas a civilização, a ciência e a tecnologia da época, porém Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta que para isso os jesuítas faziam uso deste rígido regime disciplinar, que acabava por prejudicar ao invés de auxiliar os indígenas.

Em função de situações deste porte, surgiu a Legislação pombalina³⁰, em defesa dos índios, que pretendia regularizar estes problemas. Em decorrência de tais leis e do contato mais íntimos dos índios com os brancos, a massa indígena vai integrando-se na população

²⁸ Apesar de ter-se conhecimento da discussão a respeito do uso do termo “etnia” ao invés de “raça”, neste trabalho fez-se questão de manter a denominação utilizada pelos autores. Na época em que as obras *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr. e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, foram escritas, a questão da identidade étnica ainda não estava posta para as Ciências Sociais.

²⁹ Vale ressaltar também, a importância desta raça, no que se refere às produções extrativistas e exploração das reservas naturais, como por exemplo, na Amazônia. “em nenhum outro lugar o branco sofre tanto a influencia dos indígenas: nos modos de vida, na própria psicologia” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 213)

³⁰ Marquês de Pombal é como ficou conhecido o nobre e estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo que foi primeiro ministro no reinado de José I (1750-1777). A legislação que partiu deste em defesa dos índios brasileiros recebeu o nome de *legislação pombalina*. Esta, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), “aceitou a tese jesuítica da liberdade dos índios, da necessidade de educá-los e os preparar para a vida civilizada, e não fazer deles simplesmente instrumentos de trabalho nas mãos ávidas e brutais dos colonos, de que já resultara o extermínio de boa parte da população indígena do país” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 93)

geral. Sendo a mestiçagem uma das soluções encontradas pelos portugueses para facilitar a integração da raça na sociedade³¹.

Mas a exploração e a tentativa de civilizar a população indígena não encontram o seu fim aqui, pelo contrário, em 1798 a legislação pombalina foi abolida pela Carta-Régia de 22 de maio, dando origem à violência extrema contra os índios. Para Prado Jr. ([1942], 1969), em certos locais da colônia, em especial no extremo norte, fazia-se o tráfico de índios escravizados de uma capitania para a outra, nas quais os cativos eram marcados a ferro, nivelando-os com os escravos africanos.

No resto da colônia, o índio já não era uma questão ponderável a discussões e, o interesse pelo seu trabalho começava a desaparecer. A sua incorporação em meio à população geral, em contato com o branco, refletirá no desaparecimento progressivo da raça, que vai sendo eliminada através de moléstias venéreas e embriagues (PRADO JR., [1942], 1969).

Dessa forma, com o passar do tempo, a escravidão do índio vai sendo substituída pela do negro, por este ser mais eficiente, e pela facilidade em escravizá-lo. Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), o caso desta raça era mais simples, uniformizado pela escravidão seu espaço na colônia nunca foi contestado. O escravo negro era elemento fundamental, junto com a grande propriedade e a monocultura, para a exploração agrária e os engenhos de açúcar. “No fim da era colonial cerca de um terço da população colonial era composta de escravos negros” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 122). Desse modo, o tráfico de escravos vindos da África era o ramo mais importante do comércio de importação. O negro era de suma importância para a produção de açúcar, algodão, ouro e outros gêneros que se exportava.

No tocante a organização social, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que a escravidão brasileira possui características próprias que marcam a nossa sociedade. Diferente do mundo antigo, a escravidão do mundo moderno, para o autor, vem desacompanhada de qualquer elemento construtivo, ela é exclusivamente material, baseada na realização de uma empresa de comércio. Sendo assim, a contribuição dos escravos, sejam eles índios ou negros, não é nenhuma além de sua energia e força de trabalho, critica Prado Jr. ([1942], 1969), pois a cultura por eles trazida é abafada e aniquilada. Em função desta passividade das culturas negras e indígenas, no Brasil, que o branco conseguiu impor-se com vigor durante tanto tempo.

³¹ Os portugueses envolviam-se sexualmente com as mulheres indígenas para saciar o seu desejo sexual, do mesmo modo como aconteceu com as mulheres da raça negra.

O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém, verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou em seu favor. [...] A colônia acompanhou neste terreno o direito romano, para quem o escravo é uma “coisa” do seu senhor, que dela dispõe como melhor lhe aprouver (PRADO JR., [1942], 1969, p. 277)

Justificando sua argumentação sobre a ausência de nexos morais existentes em nosso país no período colonial, Prado Jr. ([1942], 1969) observa que esse aglomerado heterogêneo de raças que a colonização reuniu aqui teve como único intuito realizar uma vasta empresa comercial, destinada, como se viu anteriormente, apenas a exportação de bens primários para suprir as necessidades européias.

Os laços sociais que se formaram foram os mais primários e rudimentares vínculos humanos, a subordinação do escravo ao seu senhor.

Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo (PRADO JR., [1942], 1969, p. 342).

A abordagem referente à questão sexual/racial inicia-se quando o autor afirma que a integração do índio na sociedade deu-se mais pelo cruzamento das raças do que por qualquer outra lei ou sistema de civilização: “[...] mais que qualquer providência oficial, agiu para este fim como no caso paralelo e análogo do negro, o impulso fisiológico dos indivíduos de uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 98)

Para Prado Jr. ([1942], 1969), a mulher escrava servia, muitas vezes, para satisfazer as necessidades sexuais de seus senhores, num nível primário do contato sexual. Por outro lado, em setores onde a escravidão foi mais fecunda, a mulher escrava assumiu o papel de figura boa da ama negra³², que cerca o berço da criança brasileira de afeto e ternura, que faz florescer este sentimentalismo tão característico da índole brasileira.

Seguindo esta mesma discussão, Prado Jr. ([1942], 1969) apresenta duas faces da mesma moeda quando fala da casa-grande. Primeiro apresenta-lhe como o núcleo representativo da família, o qual se baseava na relação patriarcal e onde se multiplicavam os laços entre o senhor e o escravo, com “relações mais amenas, mais humanas” (PRADO JR., [1942], 1969 p. 289). O senhor visto como um protetor, um pai. As cerimônias religiosas criam títulos oficiais para estas relações: padrinho, afilhado, compadre. Porém, a casa-grande,

³² Prado Jr. ([1942], 1969) faz uso da expressão de Gilberto Freyre.

para Prado Jr. ([1942], 1969) não mantinha apenas esta missão, era, além disso, um ambiente de promiscuidade, que facilitava relações sexuais irregulares e libertinas, um ambiente onde reinava a indisciplina.

É a partir desta questão que Prado Jr. ([1942], 1969) introduz, em seu livro, a crítica sobre como a raça branca, portuguesa, se sobrepôs as demais, indígena e negra, explorando-as e segregando-as. Segundo ele:

O preto e o índio afluirão para as camadas inferiores; o branco, para as mais elevadas; se não sempre de início, quando chegam desprovidos de recursos, pelo menos mais tarde. A tendência para subir é contudo geral; o que não se verifica no caso do negro ou do índio. (PRADO JR., [1942], 1969 p. 112).

Este passado histórico tenderia a se perpetuar na sociedade brasileira, dificultando, assim, o desenvolvimento deste país que tem como caráter saliente, em sua formação étnica, a mestiçagem entre essas três raças - que compunham a colônia.

Na obra de Furtado ([1959], 1974) a tema raça não possui tanta relevância como na obra de Prado Jr. ([1942], 1969), este aborda a questão racial, como vimos, tanto na perspectiva econômica (ligada a exploração da mão-de-obra e à importância do negro nas grandes propriedades); como na perspectiva social - expondo a situação dos negros e índios à margem de uma sociedade excludente, na qual eram vistos apenas como força de trabalho e objeto sexual. Furtado ([1959], 1974), enfatiza, no entanto, as discussões sobre raça, numa perspectiva mais econômica, por sinal mais complexa, sempre evidenciando aspectos comerciais e relativos à exploração de mão-de-obra.

É de suma importância entender, o porquê dessa diferença de abordagem teórica entre os autores. Furtado escreveu sua obra dezessete anos depois de Prado Jr. ([1942], 1969), desse modo as influências teóricas e contexto histórico tiveram algumas diferenças evidentes.

Segundo Liedke Filho (2005), no que tange a história da sociologia brasileira, os anos 50 foram marcados pelo surgimento da proposta de uma “Sociologia Autêntica”, nacionalista, que tinha como objetivo contribuir para o processo de libertação nacional. A “Teoria da Modernização” concebe o processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna, que também influenciou Prado Jr. Porém, percebeu-se, nesse período, que

essa transição, quando incompleta, acarreta a coexistência de ambas as formas societárias dentro de uma mesma sociedade nacional, caracterizando-a como uma sociedade dual. Ressalte-se que esta tese teve ampla aceitação internacional na sociologia do desenvolvimento, assim como no âmbito das agências internacionais como a UNESCO (LIEDKE FILHO, 2005, p. 386)

Destarte, este nacionalismo ligado à idéia de sociologia do desenvolvimento que passava a ser reconhecida internacionalmente e ainda as críticas marxistas que rodavam a sociologia brasileira junto às mobilizações político-ideológica dos anos 50 e 60 (LIEDKE FILHO, 2005); são suficientes para a compreensão das diferenças entre as teorias dos autores trabalhados. Furtado ([1959], 1974) incorpora muitos destes aspectos e escreve numa vertente mais economicista que Prado Jr. ([1942], 1969), deixando por muitas vezes de conceder maior profundidade social às questões raciais aqui enfatizadas.

Furtado ([1959], 1974) inicia a introdução ao tema racial no capítulo **Fatores do êxito da empresa agrícola**, no qual aponta o trabalho escravo como uma alternativa de suprimento para falta de mão-de-obra na implantação da empresa agrícola açucareira no Brasil colônia. A experiência técnica e capacidade comercial dos portugueses junto ao financiamento holandês não eram suficientes para torná-la possível, a falta de mão-de-obra dificultava o processo. “As condições de trabalho eram tais que somente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região.” (FURTADO, [1959], 1974, p.11) Então, Furtado ([1959], 1974) observa que nessa época os portugueses já possuíam um conhecimento sobre o mercado africano de escravos capturando negros pagãos para abastecer certas regiões da Europa com mão-de-obra escrava, o que facilitaria a vinda de escravos para a colônia. Este autor descreve os escravos africanos, neste negócio, como “base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado” (FURTADO, [1959], 1974, p. 42). Assim, a escravidão representou para o colono europeu, uma condição de sobrevivência. Pois, como diz, inclusive, Prado Jr. ([1942], 1969), Portugal não contava com a população suficiente e aqueles portugueses que vinham para a colônia não se engajavam como simples trabalhadores do campo.

Ainda na época da economia açucareira, Furtado ([1959], 1974) discorre a respeito da captura e comércio do indígena, que foi a primeira atividade econômica estável dos grupos populacionais que não se dedicavam a indústria açucareira. No Maranhão, único local de produção açucareira que ainda prosperava no final do século XVIII, os colonos “eram adversários tradicionais dos jesuítas na luta pela escravização dos índios.” (FURTADO, [1959], 1974, p. 90).

Referindo-se ao **Encerramento da etapa colonial**, o autor observa que o desenvolvimento da produção do ouro, no início do século XVIII, causou uma expansão demográfica no Brasil, alterando a estrutura da população. A imigração da raça branca de origem européia aumentou e chegou a ser maior do que a população escravista. A mineração,

além disso, exigia mão-de-obra especializada e elevava os preços dos escravos. Baseada no trabalho destes, assim como a economia açucareira, o setor das minas possuía uma organização muito diferente daquela vista nos engenhos de açúcar, principalmente no que se refere aos negros escravos. Ao explicitar tal afirmação, Furtado ([1959], 1974) valoriza, como em poucos momentos da obra, o aspecto social racial, alegando que na economia de mineração:

a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muito escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade. Esta simples possibilidade deveria constituir um fator altamente favorável ao seu desenvolvimento mental. (FURTADO, [1959], 1974, p. 75)

Para este autor, os escravos tiveram grande importância no desenvolvimento da siderurgia de minério de ferro e carvão vegetal no Brasil (século XVIII), pois foi a partir de seus conhecimentos técnicos que ela pode funcionar. Os imigrantes que vinham para o Brasil pouca técnica possuíam, pois a própria metrópole não possuía grande desenvolvimento manufatureiro.

Afirmando que a economia cafeeira era organizada também no trabalho escravo, no capítulo que trata da **Gestão da economia cafeeira**, Furtado ([1959], 1974) acaba por indiretamente admitir que todos os ciclos produtivos/ extrativos (açúcar, algodão, mineração e café) tiveram forte presença da mão-de-obra escrava. Por isso, que o escravo era visto como uma riqueza, e a abolição da escravatura, segundo Furtado ([1959], 1974), traria, no pensamento dos colonos, o empobrecimento da classe que era responsável pela criação de riqueza no país. Estes tinham o receio de que perderiam o bem mais importante dentro da produção: a mão-de-obra barata e obediente.

Quando aborda a **Eliminação do trabalho escravo**, Furtado ([1959], 1974) afirma que “A abolição da escravatura, à semelhança de uma ‘reforma agrária’, não constitui *per se* nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade” (FURTADO, [1959], 1974, p. 137)

Todavia, este mesmo autor admite que os escravos que abandonaram os engenhos encontraram dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que constituía um problema social. Dessa forma, não foi difícil atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo. O ex-escravo desacostumado com sistema social, não respondia com facilidade aos

estímulos econômicos. Por não possuir muitos hábitos de vida familiar, a acumulação de riqueza o era estranha. Satisfazia em poucos dias de trabalho os gastos com subsistência, então, ele comprava o ócio, pois já tinha o suficiente pra viver. Partindo desta análise a respeito da nova vida social que os escravos libertos se encontravam, Furtado ([1959], 1974) faz um de seus comentários mais preconceituosos da obra: “[...] o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país.” (FURTADO, [1959], 1974, p. 140).

Em verdade, na opinião de Furtado ([1959], 1974) a abolição da escravatura foi muito mais uma medida de caráter político do que econômico, visto que não houve modificações reais na forma de organização da produção e da distribuição de renda. “Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país” (FURTADO, [1959], 1974, p. 141).

Entende-se, dessa forma, a partir das idéias, deste autor, aqui expostas, que ele não retrata por demais os aspectos sociais relativos às raças, quando os retrata é apenas ligando-os aos aspectos econômicos do desenvolvimento do país. Prado Jr. ([1942], 1969), apesar de percorrer um caminho diferente, como visto acima, utiliza-se dos aspectos sociais para atingir o mesmo questionamento a respeito do desenvolvimento do Brasil. Assim, ambos vêem a exploração da mão-de-obra escrava, tanto indígena como negra, como uma pesada carga histórica que inibiu por muito tempo o desenvolvimento do país. Seja pela diferença exorbitante da distribuição de renda que resultava numa sociedade excludente, ou pelo extremo preconceito com que se formou essa população brasileira que em sua maioria veio a carregar a herança negra ou indígena em sua árvore genealógica, formando a miscigenação característica do país. Dessa forma, no que se refere à discussão racial no desenvolvimento do Brasil, os autores, apesar das diferentes abordagens teóricas, complementam-se e buscam o mesmo fim.

Esta questão, pelo modo como é abordada pelos autores, acaba sendo vista como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento, pois as três raças que vieram a compor a população brasileira viveram, desde o princípio, desagradáveis momentos, pois as condições a que os índios foram submetidos, após a descoberta do Brasil, pelos portugueses e os motivos que trouxeram os brancos e os negros à este mesmo país não foram, em nenhum dos casos, agradáveis. Isto levou a população, como um todo, a um estado de letargia, que não permitia

que vissem oportunidades além daquelas ligadas a exportação para a metrópole e os países europeus.

3. 2. Desigualdade, um país controlado pelos grandes proprietários de terra

A desigualdade social é um entrave ao desenvolvimento brasileiro que existe há muitos anos. Prado Jr. ([1942], 1969) e Furtado ([1959], 1974) deixam transparecer seus questionamentos sobre este assunto quando refletem a respeito da relação dos colonos proprietários de terra *versus* os escravos ou, quando se referem à classe dos grandes senhores de terra que assumiram o poder no Brasil Pós-independência. Influenciados pelo conceito marxista de luta de classes, os autores entendem tal situação como um dos obstáculos para o desenvolvimento do Brasil, pois os indivíduos que não estivessem incluídos neste sistema, proprietários de terra *versus* escravo/assalariado, não tinham alternativa senão viver a margem da sociedade, aderindo à prostituição ou a criminalidade. Este aspecto social é abordado com mais ênfase na obra de Prado Jr. ([1942], 1969), porém a obra de Furtado ([1959], 1974), apesar de seu caráter economicista, também deixa flancos para pensar esta questão.

No raciocínio de Prado Jr. ([1942], 1969), o interessante é compreender o caminho que este segue para representar este tipo de situação no país, as divisões iniciais do seu livro são capazes de nos conduzir até esta temática com facilidade. Ao iniciar pelo **Sentido da colonização; Povoamento; Vida Material** e, finalizar com a **Vida Social**, o autor apresenta primeiramente os motivos pelos quais o Brasil veio a se tornar um país tão desigual, para, apenas depois, concluir a obra com a descrição da realidade social brasileira, através dos subcapítulos ligados a **organização social, a administração e a vida social e política**.

Ao ressaltar o caráter econômico do Brasil, Prado Jr. ([1942], 1969), conseqüentemente acaba tocando nesta questão da desigualdade de renda e de oportunidades da população brasileira. Como já foi descrito anteriormente³³, o sentido da colonização para este autor estava totalmente ligado a interesses mercantis, o Brasil existia apenas para fornecer produtos ao comércio europeu. Assim, o país baseava-se numa economia representada pela exploração agrária.

Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo são caracteres que combinam e se complementam no Brasil colônia. Desse modo, “a grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes, sejam escravos ou assalariados, ou

³³ Consultar tópico 2.1 A colonização.

bem formas intermediárias de trabalho, representa o sistema de organização agrária que sempre acaba dominando nos trópicos [...]” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 120) A monocultura, ao acompanhar a grande lavoura, visava à produção dos gêneros com grande valor comercial, o que resultou na instalação do trabalho escravo no Brasil.

A mineração, por sua vez, afora as diferenças técnicas, adotou uma organização idêntica a da agricultura. “Agricultura é o nervo econômico da civilização. [...] A mineração não é mais que um parêntese; de curta duração, aliás” (PRADO JR., [1942], 1969, p.130). No século XVIII, o Brasil alcançou posição única no comércio dos produtos tropicais, com ênfase para açúcar e algodão. Além disso, é importante salientar que as artes e indústrias ocupavam parte inexpressiva da economia colonial, como foi visto anteriormente³⁴.

Este cenário, apresentado por Prado Jr. ([1942], 1969), evidencia com clareza o que se passava com a população brasileira no tocante a desigualdade social. Além da estrutura escravocrata que tendia a desenvolver um preconceito racial e conseqüentemente uma segregação social, quem estivesse fora do regime da grande lavoura, senhor *versus* escravo ou assalariado, estava destinado a viver a margem da sociedade, sem alternativas para obtenção de renda. Vê-se, conforme Prado Jr. ([1942], 1969), que “abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos” (PRADO JR., [1942], 1969, p.281) Ao citar uma famosa sentença de Couty (s/d) – “O Brasil não tem povo³⁵” – Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que esta era capaz de resumir a situação social do país: um povo que pela sua inutilidade dava-se como inexistente.

A renda, no Brasil, concentrava-se nas mãos de poucos desde o período colonial, daqueles que representavam a corte portuguesa no território brasileiro, ou dos grandes proprietários de terras. O negro, por sua vez, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), não teve, no Brasil, a proteção de ninguém. Este autor dá destaque apenas para o batismo e a religiosidade decorrente deste. Assim, o negro era tratado como um serviçal útil apenas para trabalhar e obedecer as demais ordens de seu senhor, conforme foi dito no tópico³⁶ relacionado às relações de raças no Brasil. Mas, ainda assim, vale salientar que o escravo foi mais bem tratado no Brasil do que nas outras colônias americanas, principalmente nas inglesas. Talvez, como afirma Prado Jr. ([1942], 1969), em função do sistema patriarcal³⁷, que dava aos senhores um papel paternal e de protetor dos seus escravos.

³⁴ Consultar tópico 2.4. O Brasil: um produtor de matéria prima sem técnica para se desenvolver.

³⁵ Prado Jr. ([1942], 1969) apresenta a sentença de Couty na sua forma original: “*Le Brésil n’a pas de peuple*” (COUTY, s/d apud PRADO JR., [1942], 1969, p.281).

³⁶ Tópico 3.1. As relações de raça no Brasil.

³⁷ Prado Jr. ([1942], 1969) explica que o modo de clã patriarcal é algo específico da nossa organização.

Ao salientar outros grupos que formavam a sociedade brasileira, na época abordada em seu livro, Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta que a profissão no comércio era restrita para os nascidos no reino. A Igreja, por sua vez, era uma alternativa de trabalho e estudo para muitos. Os mestiços, aliás, faziam número no clero brasileiro. Movidos pela fuga do preconceito racial, eles buscavam na Igreja um caminho para, ao menos, poder estudar.

Prado Jr. ([1942], 1969) ainda apresenta três subgrupos. O primeiro era aquele que vivia na miséria, apartados da civilização e moralmente degradados, como exemplo, o autor cita a grande parte da população de índios na Amazônia e os caboclos, índios puros ou quase puros, que viviam espalhados por outros cantos do país, na mesma situação. A eles se aproximam os negros e pardos que excluídos da sociedade, procuravam imitar aqueles nativos do continente. Para todo este grupo, a economia não passava da satisfação de suas necessidades vitais.

Como segundo grupo, Prado Jr. ([1942], 1969) apresenta uma parte da população que se aproximava de algum poderoso senhor, proprietário de terras, em troca de pequenos serviços. Às vezes, serviam apenas para insuflar a vaidade do senhor e, em troca, adquiriam a oportunidade de viver a sombra deste senhor e receber proteção do mesmo. Prado Jr. ([1942], 1969), chama-os de “agregados” ou “moradores dos engenhos”. Por fim, Prado Jr. ([1942], 1969), cita a parte da população mais incômoda. São os desocupados permanentes, que acabam por virar vadios ou criminosos. Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), “[...] o Des. Rocha Gameiro, dissertando sobre a agricultura da colônia, indica os vadios como um obstáculo ao seu desenvolvimento” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 283).

Estas subcategorias da população colonial, apesar de distanciadas do centro econômico e social do país, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), não deixavam de fazer sentir sua presença. Estes eram responsáveis por muitas das agitações que precederam a independência.

Ainda no que tange a vida social brasileira, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que a autoridade pública é fraca e quem realmente possui autoridade e prestígio é o senhor rural, o grande proprietário, que ao ser colocado no centro da vida social, se aristocratiza. A “nata social” é formada pelos fazendeiros, senhores de engenho e grandes lavradores (PRADO JR., [1942], 1969). A dicotomia que representava a sociedade brasileira nesta época caracterizava-se de um lado pela grande lavoura e a mineração, de outro, pelas demais atividades ligadas a economia de subsistência. Como disse Prado Jr. ([1942], 1969):

de um lado uma organização estéril no que diz respeito a relações sociais de nível superior; doutro, um estado ou antes um processo de desagregação mais ou menos adiantado, conforme o caso, resultante ou reflexo do primeiro, e que se alastra progressivamente (PRADO JR., [1942], 1969, p. 344).

Dessa forma, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que além dos senhores e escravos, começam a aparecer outras categorias que ficam à margem da sociedade, pois não havia espaços para elas no sistema produtivo da colônia. Para o autor, o desequilíbrio era fatal. Isso se deve, a um fato que o próprio Prado Jr. ([1942], 1969) evidencia, a questão de que todas as instituições que vamos encontrar no Brasil não são mais que repetição pura e simples das similares organizações da metrópole portuguesa, um problema administrativo brasileiro, que veremos no tópico seguinte³⁸. Centralizavam o poder e concentravam as autoridades, reunindo estas nas capitânias e sedes, “deixando o resto do território praticamente desgovernando e a centenas de léguas muitas vezes da autoridade mais próxima” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 302). Uma administração que não condizia com o tipo de território, economia e população que ocupava o Brasil, acentuando, assim, as desigualdades existentes no país.

Furtado ([1959], 1974), por seu turno, faz uma crítica que se aproxima muito daquela mencionada acima. Porém, para compreender sua lógica argumentativa, neste tópico ligado a desigualdade, é preciso seguir a linha histórica que o autor propõe. Nas entrelinhas da sua descrição econômica e temporal, na qual cada parte do livro representa um período, o autor dá indícios deste fator social existente no Brasil.

Assim como Prado Jr. ([1942], 1969), Furtado ([1959], 1974) faz uma retrospectiva histórica que se inicia com a colonização brasileira e a exploração do Brasil por parte da metrópole portuguesa, como já se pode perceber no decorrer deste trabalho. Com a mesma intenção de Prado Jr. ([1942], 1969), Furtado ([1959], 1974) pretende evidenciar ao leitor que, desde o princípio, a colônia, Brasil, foi vista a partir de um caráter mercantil e isenta de qualquer preocupação a respeito da sua vida social como um país independente.

Um dos primeiros tópicos ressaltados por Furtado ([1959], 1974) diz respeito à entrada de escravos africanos no Brasil. Ele afirma que é quando a rentabilidade dos negócios brasileiros está assegurada que entram em cena os escravos africanos, tornando-se a base de um sistema de produção mais eficiente e densamente capitalizado. O uso de escravos no Brasil deu-se em função da falta de mão-de-obra e acabou por contribuir para o enriquecimento dos grandes senhores de engenho. Estes tinham o que precisavam para gerar

³⁸ Ver tópico 3.3. O perfil administrativo do governo brasileiro.

lucros: mão-de-obra gratuita, grande quantidade de terra disponível e comércio externo em expansão.

Segundo Furtado ([1959], 1974), a renda que se gerava na colônia estava concentrada especialmente com a classe de proprietários de engenho. Ao iniciar-se o século XVII, o autor afirma que esta “renda dos capitais invertidos na etapa produtiva (isto é, a etapa que correspondia à classe de senhores de engenho e proprietários de canaviais) estaria, num ano favorável, por cima de 1 milhão de libras [...]” (FURTADO, [1959], 1974, p. 45). Sendo assim, a produção poderia ter decuplicado no último quartel do século XVI. Mas, a potencialidade financeira só foi utilizada conforme a possibilidade de absorção dos mercados compradores, para que não houvesse superprodução.

Então Furtado ([1959], 1974) pergunta: “Mas se capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, qual era o destino dos recursos financeiros sobrantess?” (FURTADO, [1959], 1974, p. 46) Obviamente, responde ele mesmo, tais recursos não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não-açucareira absorvia pouco capital. Furtado ([1959], 1974) explica que uma parte da renda, que antes se atribuía à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, agora permanecia fora da colônia, seria o que se chama renda de não-residentes, pertencente aos comerciantes. Acontecia, assim, uma ligação entre as etapas de produção e comercialização, o que explica a prevenção à superprodução.

Porém, essa defesa a superprodução, explicitada pelo autor, nos leva a perceber alguns nuances que impediram o desenvolvimento da colônia. Ao invés desses recursos financeiros excedentes concentrarem-se nas mãos dos proprietários de terras ou comerciantes, fora da colônia, deveriam ter sido investidos nas atividades não-açucareiras, desenvolvendo outros setores brasileiros, pois em caso de crise do açúcar, poderiam manter o nível de renda da população brasileira. No entanto, a única opção vista na época, era inversão dos recursos na própria produção açucareira ou, como acabamos de ver, no próprio processo de precaução à superprodução do açúcar. O que se tinha no Brasil eram apenas os grandes proprietários de terra preocupados com o seu próprio lucro e uma administração colonial que visava apenas o enriquecimento da metrópole e de seus pares. Tanto que, segundo Furtado ([1959], 1974), com a estagnação do açúcar, a situação para o homem livre piorou, este tinha cada vez menos condições de ascensão social.

Na época da mineração, no Brasil, a situação não mudou muito, a renda continuou nas mãos de poucos e, além disso, conforme salienta o próprio Furtado ([1959], 1974), a fome sempre acompanhava a riqueza nas regiões do ouro, em função da elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte. Pelo mesmo motivo da decadência açucareira, o

declínio da produção aurífera prejudicou muito a população brasileira. “Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas - à exceção de alguma agricultura de subsistência -, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência” (FURTADO, [1959], 1974, p. 84)

Pós a independência brasileira, quem toma frente é a classe de grandes agricultores, que a partir da abertura dos portos e desaparecimento do entreposto português, alcançam facilidades de crédito e muitas vantagens. “A separação de Portugal não trouxe modificações fundamentais, permanecendo a etapa produtiva isolada e dirigida por homens de espírito puramente ruralista” (FURTADO, [1959], 1974, p. 115) Porém, segundo Furtado ([1959], 1974), com a introdução do café no começo do século XVIII, forma-se uma nova classe empresária importante para o desenvolvimento subsequente do país. Desse modo, a economia cafeeira formou-se em condições distintas da açucareira, desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Assim, os interesses da produção e do comércio, na gestão desta economia, sempre estiveram entrelaçados.

O grupo cafeeiro, segundo Furtado ([1959], 1974), diferenciava-se dos grupos dominantes anteriores ou contemporâneos em função de entenderem a importância do governo como instrumento de ação econômica. Esta subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico vai alcançar a sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, quando é proclamada a República.

Ao afirmar que a economia cafeeira possuía condições de autofinanciar sua expansão e a única coisa que lhe faltava era a mão-de-obra, Furtado ([1959], 1974) passa a introduzir a questão dos imigrantes e ressaltar novamente a relação dos escravos com a economia brasileira. Dois grupos importantes para que entendamos as condições sociais brasileiras da época.

Um importante detalhe sobre esta questão é que na colonização alemã no Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, por exemplo, segundo Furtado ([1959], 1974), a vida econômica era extremamente precária, pois, não havendo mercado para os excedentes de produção, regredia-se a um sistema econômico rudimentar de subsistência. O capital de que dispunha o roceiro era mínimo, e o método que utilizava para ocupar novas terras, o mais primitivo possível. Por isso, Furtado ([1959], 1974) afirma aos leitores que “se formou na Europa um movimento de opinião contra a emigração para o império escravista da América e já em 1859 se proibia a emigração alemã para o Brasil” (FURTADO, [1959], 1974, p. 125)

Mas, o caso curioso é que, seguindo a mesma linha temporal, ligada a falta de mão-de-obra no Brasil, Furtado ([1959], 1974) afirma que, em função da política de colonização do

governo imperial não contribuir para solucionar o problema, os grandes proprietários de terras não se acomodaram com tal situação, pois sem mão de obra, ver-se-iam sem lucros. Um exemplo disso, exposto por Furtado ([1959], 1974), é que em 1852 um grande plantador de café, o senador Vergueiro, decidiu contratar diretamente trabalhadores na Europa, ao conseguir auxílio do governo em parte do processo, ele transferiu oitenta famílias alemãs para suas terras, em Limeira, no interior de São Paulo.

A partir dos anos sessenta o problema da mão-de-obra passou a ser sério, os preços do café tendiam apenas a melhorar, o que tornava atrativo o investimento nesta cultura. Furtado ([1959], 1974) afirma que a solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se com os gastos do transporte dos imigrantes que trabalhariam na lavoura cafeeira.

No que diz respeito aos escravos, Furtado ([1959], 1974) ressalta que estes eram vistos como sinônimo de riqueza, pois para os senhores, a abolição traria empobrecimento de sua classe, que era a responsável pela criação de riqueza no país. Segundo Furtado ([1959], 1974), aqueles escravos que abandonaram os engenhos encontraram dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que constituía um problema social. Dessa forma, conforme foi visto anteriormente³⁹, não foi difícil atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo. O Ex-escravo estava desacostumado com sistema social, por isso, tinha dificuldades para responder aos estímulos econômicos e acabava fazendo parte desta massa que vivia com as mínimas condições de subsistência.

Levando em conta o último quartel do século XIX, com o aumento da importância do setor assalariado, Furtado ([1959], 1974) apresenta uma classificação na renda de dois relevantes grupos da vida social brasileira: a renda dos assalariados e a renda dos proprietários. Para o autor, “os assalariados transformam a totalidade ou quase totalidade de sua renda em gastos de consumo. A classe proprietária, cujo nível de consumo é muito superior, retém parte de sua renda para aumentar seu capital, fonte dessa mesma renda” (FURTADO, [1959], 1974, p. 152).

Ainda, no que tange a questão do trabalho assalariado, Furtado ([1959], 1974) nos explica que a reserva de mão-de-obra, reforçada pelo fluxo migratório, permitiu a expansão da economia cafeeira durante um longo período, sem que para isso os salários reais tivessem que

³⁹ Consultar tópico 3.1. As relações de raça no Brasil.

aumentar. O empresário, por sua vez, sem gastos abusivos com estes valores, aplicava seu capital apenas na expansão das plantações e sem melhora dos métodos de cultivo⁴⁰.

Ao observar o processo de depreciação cambial e referindo-se as transferências de renda, Furtado ([1959], 1974) afirma que os assalariados rurais, apesar de produzirem boa parte de seus próprios alimentos, recebiam em moeda a principal parte de seu salário e consumiam artigos de uso corrente que eram importados ou semimanufaturados no país com matéria-prima importada. Porém, segundo Furtado ([1959], 1974), os núcleos mais prejudicados eram as populações urbanas, estas viviam de ordenados e salários e, consumindo artigos importados, eram afetadas pelas mudanças na taxa cambial.

Quando observa a situação econômica ligada à crise de superprodução do café, Furtado ([1959], 1974) afirma que “[...] a alta dos preços não é senão um sintoma de que a forma de distribuição da renda se está modificando com rapidez” (FURTADO, [1959], 1974, p. 212) Segundo Furtado ([1959], 1974), os empresários detinham os estoques de operação nas várias etapas do processo produtivo e realizam ganhos substanciais de capital. Dessa forma, a correção do desequilíbrio trazia consigo necessariamente - sempre que os mecanismos atuavam espontaneamente - uma redistribuição da renda em benefício de uns grupos e em prejuízo de outros. O que Furtado ([1959], 1974) quer explicitar aqui é que, de uma forma ou de outra, os senhores, com grande potencial econômico, proprietários de terra e dos meios de produção, sempre eram privilegiados dentro da economia brasileira.

Apesar de seguirem formas de exposição teórica distintas, os autores concordam em um aspecto especial, ambos acreditavam que a maior parte do capital brasileiro concentrava-se nas mãos de uma classe: a dos senhores proprietários de terras. Sempre interessados no lucro, utilizando o trabalho escravo que privilegiava seu acúmulo de renda e sem se preocupar com a preservação da terra, os senhores mantinham sua posição social. Mesmo pós-independência, como afirma o autor Furtado ([1959], 1974), a etapa produtiva ainda era controlada por esta classe, que passou a possuir ainda mais privilégios.

Assim, cada um de seu modo, os autores evidenciam os grupos que se mantinham isolados da sociedade. Prado Jr. ([1942], 1969), segue uma linha muito mais histórica e descritiva, buscando detalhes de cada subgrupo que enfrentava as dificuldades desse país desigual, descrevendo os índios, os negros, os agregados, os vadios e os criminosos. Furtado ([1959], 1974), por sua vez, seguindo sua perspectiva economicista, deixa que as classificações apareçam naturalmente em seu projeto textual, falando, assim, dos negros

⁴⁰ Consultar tópico 2.4. O Brasil: um produtor de matéria prima sem técnica para se desenvolver.

escravos, dos imigrantes, dos assalariados, sempre aqueles que serviam como mão-de-obra barata para a classe que dominava a renda brasileira, ou seja, aqueles que viviam com o mínimo necessário à sua subsistência e sem esperança alguma de ascensão social.

O que é evidente em ambos é o objetivo de denunciar esta desigualdade social que vinha a se tornar mais um obstáculo ao desenvolvimento brasileiro. A grande massa populacional do país formava-se por estes grupos, que excluídos da vida social e econômica brasileira, buscavam uma saída, como afirma Prado Jr. ([1942], 1969), recorrendo à vida eclesiástica, submetendo-se a viver na sombra de algum senhor em troca de pequenos favores ou simplesmente aderindo à criminalidade.

Furtado ([1959], 1974) ainda tenta mostrar aos leitores que com a introdução da economia cafeeira surge uma classe diferenciada, a classe empresária, com vasta experiência comercial. Porém, o que se vê aqui, é a reprodução do mesmo sistema, pois apesar desta classe diferenciar-se das anteriores ou contemporâneas, ela mantinha o mesmo sistema mercantilista, o que apenas aprofundava mais a condição desigual brasileira.

Muitos foram os fatores que levaram a esta situação: o sentido da colonização, como colocam os dois autores; o sistema, preconceituoso e opressor, escravocrata brasileiro; a preservação deste sistema mercantil que visava apenas o setor exportador e o aumento dos lucros por parte dos grandes proprietários de terra e; especialmente, como coloca Prado Jr. ([1942], 1969), a administração brasileira que, seguia os padrões portugueses e, não levava em conta as peculiaridades do território brasileiro.

Nota-se o tamanho deste entrave, chamado desigualdade social, para o desenvolvimento brasileiro, na época em que os autores escreveram. Como disse Prado Jr. ([1942], 1969), aqueles que viviam fora do estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo, não encontram pela frente perspectiva alguma. Por um lado, a instabilidade caracterizava a economia e a produção brasileira, por outro, era a desigualdade que representava a vida do social do país.

3. 3. Perfil administrativo do governo brasileiro

Mais um entrave para o desenvolvimento brasileiro, a administração do Brasil no período colonial, muito falha e superficial, difere da administração existente hoje. Esta questão foi destacada por Prado Jr. ([1942], 1969), que destinou o seu mais extenso capítulo para explicar como funcionava a organização governamental e administrativa brasileira naquela época.

Furtado ([1959], 1974), por sua vez, não explicita com tanta clareza o seu posicionamento quanto a isto, mas aponta, em alguns momentos, as falhas administrativas do governo não só no período colonial, mas inclusive no século XX.

A obra de Prado Jr. ([1942], 1969), apresenta a administração como um dos fatores de maior bloqueio ao desenvolvimento brasileiro. Muito diferente de sua organização atual, a administração, no período colonial, para o autor, representava uma total desorganização. Como uma cópia semelhante da administração portuguesa e dependente economicamente de países europeus, como sua metrópole e a Inglaterra; ou dos próprios senhores que possuíam benefícios financeiros dentro do Brasil, a administração brasileira via-se sem autonomia.

Ao referir-se ao ciclo do ouro no Brasil, Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta o organismo criado por Portugal para “[...] cobrar o quinto, superintender todo o serviço da mineração e resolver pleitos entre os mineradores, bem como destes com terceiros [...]” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 175), a Intendência de Minas, já citada em outros tópicos deste trabalho⁴¹. Vale ressaltar, novamente, esta intervenção da metrópole na colônia, com o intuito de vê-la, agora, como um órgão administrativo, instalado no Brasil, mas ligado diretamente a Portugal, ou seja, que devia obediência ao governo da metrópole. Um elemento que representa a falta de autonomia da administração brasileira e que nos ajuda a compreender as críticas de Prado Jr. ([1942], 1969) direcionadas ao caráter administrativo do Brasil colônia.

No capítulo que trata apenas sobre a administração colonial, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma, já no início, que esta não apresenta a uniformidade e simetria das administrações contemporâneas. “Isto é, funções bem discriminadas, competências bem definidas, disposição ordenada, segundo um princípio uniforme da hierarquia e simetria, dos diferentes órgãos administrativos” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 300)

Segundo Prado Jr. ([1942], 1969) a legislação administrativa da colônia era desconexa e as regras eram acrescentadas sem plano algum de conjunto. O direito administrativo da colônia resumia-se neste caos imenso de leis. Além disso, muitas vezes apelava-se para aquilo que era praticado no Reino, como vimos, uma cópia, dos procedimentos da administração portuguesa, o que gerava uma confusão tão grande que até os contemporâneos mais versados em leis não entendiam ao certo como proceder.

Prado Jr. ([1942], 1969) afirma que “[...] a administração portuguesa estendeu ao Brasil sua organização e seu sistema, e não criou nada de original para a colônia” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 301). Denunciando a falta de originalidade da metrópole para organizar

⁴¹ Ver os tópicos 2.2 A relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra e 2.3. O ciclo do ouro no Brasil – Mineração.

o setor administrativo da colônia, Prado Jr. ([1942], 1969) ressalta a incapacidade que Portugal teve em criar órgãos diferentes e adaptados às condições peculiares existentes no Brasil e não na metrópole. As instituições que se encontravam no Brasil não passavam da mais pura e simples repetição das metropolitanas. Ao centralizar o poder e concentrar as autoridades, reunindo-as nas capitanias e sedes, a administração brasileira deixava o resto do território praticamente desgovernando e, muitas vezes, distante da autoridade mais próxima.

O Brasil, na teoria de Prado Jr. ([1942], 1969), não constituiu “para os efeitos da administração metropolitana, uma unidade. O que havia nesta banda do oceano, aos olhos dela, eram várias colônias ou províncias, até mesmo ‘países’[...]” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 304) Estas, sob o nome oficial de capitanias, tinham como chefe supremo o governador, que segundo Prado Jr. ([1942], 1969), possuía uma importante função militar, ao mesmo tempo em que era indispensável para a administração geral. Em verdade, o que Prado Jr. ([1942], 1969) deseja insinuar é que não se encontra, na administração colonial, uma nítida divisão entre governo geral e local. A Câmara de Senadores, por exemplo, é subordinada a autoridade do governador. Sendo que acima deste encontrava-se sempre o governo central da metrópole, o que explicita, mais uma vez, a falta de autonomia, marcante, na administração brasileira.

Prado Jr. ([1942], 1969) acreditava que a indisciplina reinava por toda a parte e em todos os setores da administração brasileira. Isto se deve, segundo o autor, às condições geográficas e o modo como o país se constituiu: a imensidade do território brasileiro; a dispersão da sua população; sua heterogeneidade; a falta de sedimentação social, de educação e preparo para um regime policiado.

Este autor ainda faz uma crítica à cobrança de tributos pelo governo, em especial, ao dízimo. Este tributo correspondia à décima parte de qualquer produção, sendo estes 10%, como destaca Prado Jr. ([1942], 1969), cobrados em espécie, em vez de ser *in natura*. Os produtores deveriam, dessa forma, pagar em dinheiro o valor correspondente ao dízimo. Além deste, o autor ainda cita outros tributos como os direitos de alfândega; as passagens dos rios; os donativos, terças partes e novos direitos, que eram pagos pelas serventias dos ofícios de justiça; e os emolumentos de provisões e patentes. Um sistema de arrecadação visto, por Prado Jr. ([1942], 1969), como uma das mais maléficas práticas do governo colonial.

Outro ponto importante da administração colonial ressaltado por Prado Jr. ([1942], 1969) foi a questão da Igreja e da religião. Para ele, o “cidadão da colônia atravessará seus anos de existência sem que lhe aflore à mente um instante sequer a mais leve suspeita de que tais atos poderiam ser dispensados” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 328) Prado Jr. ([1942],

1969) complementa afirmando que a religião não era ainda admitida, ela simplesmente era. Todos a aceitavam a Igreja, universalmente, como uma autoridade. Inclusive, o dízimo é ressaltado pelo autor, novamente, nesta parte da obra, como sendo um tributo eclesiástico destinado originalmente para a manutenção do clero. No que se refere à relação da igreja com o reino, o autor afirma que os negócios eclesiásticos estavam sempre nas mãos do rei.

Desse modo, a crítica feita por Prado Jr. ([1942], 1969) toca muitos aspectos da administração colonial brasileira, pois este via uma total falta de organização e presteza no funcionamento daquela. Por isso, enfatiza, sem receios, suas críticas:

Vimos aí a falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento. Isto sem contar os processos brutais empregados, de que o recrutamento e a cobrança dos tributos são exemplos máximos e índice destacados do sistema geral em vigor. A complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competência; a ausência de método e clareza na confecção das leis, [...] o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumula um funcionalismo inútil e numeroso [...] (PRADO JR., [1942], 1969, p. 333).

Para Prado Jr. ([1942], 1969), não era preciso buscar funções especializadas para encontrar as fraquezas da administração brasileira do período colonial, a situação já era lamentável nas próprias atividades essenciais do Estado. Uma justiça cara e complicada, que não estava disponível para a grande maioria da população; a insegurança sempre presente, decorrente da dificuldade de manter a ordem; o déficit desorganizado e as políticas públicas de ensino e saúde que também se viam debilitadas. Mas além da ineficácia nestas questões, ainda havia a imoralidade e a corrupção que, segundo Prado Jr. ([1942], 1969), dominavam a administração colonial.

Conforme Prado Jr. ([1942], 1969), apenas um exemplo já seria o suficiente para demonstrar o caráter da administração colonial: a mineração. Este autor afirma que a “incapacidade da administração colonial, a negligência e inércia que demonstrou diante da imensa dissipação e destruição de riqueza natural que se praticava nas minas, é um atestado que dispensa quaisquer comentários.” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 335)

No capítulo denominado **Vida Social**, Prado Jr. ([1942], 1969), cita em uma nota de rodapé, uma frase de Alberto Torres, que faz o leitor refletir a respeito de toda a sua crítica sobre a administração colonial brasileira: “A escravidão foi uma das poucas coisas com visos de organização que este país jamais possuiu [...]” (ALBERTO TORRES, s/d apud CAIO PRADO, 1942/1969, p.341).

Nas páginas finais de seu livro, Prado Jr. ([1942], 1969) afirma, ainda, que os atos e abusos da administração tornaram-se pretexto e justificação para atitudes extremadas e

revolucionárias em prol da independência do Brasil. Nas palavras do próprio autor, foram “a gota d’água no copo transbordante” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 368).

Em função de a administração ter sido um fator muito enfatizado, na obra de Prado Jr. ([1942], 1969), como um importante obstáculo ao desenvolvimento brasileiro, pelos diversos motivos vistos acima, é fundamental que se entenda como Furtado ([1959], 1974) aborda este elemento em sua obra. Furtado ([1959], 1974), diferente de Prado Jr. ([1942], 1969), não expõe de modo específico seu questionamento a respeito da administração brasileira e nem objetiva enfatizar tal fator, porém, vê-se, dentre as muitas análises economicistas de Furtado ([1959], 1974), sutis críticas a administração brasileira, que se aproximam do julgamento feito por Prado Jr. ([1942], 1969).

Ao retomar os tópicos ressaltados anteriormente neste trabalho, é possível perceber muitos momentos em que a crítica à administração brasileira é intrínseca a outros obstáculos ao desenvolvimento brasileiro citados por Furtado ([1959], 1974). Por exemplo, sabe-se que a falta de autonomia econômica do Brasil é um argumento muito presente na obra do autor, desse modo, quando este descreve sua hipótese, ele acaba por tocar na questão administrativa, que, junto à perspectiva econômica, é um importante elemento para o desenvolvimento do mercado interno, tão enfatizado pelo autor.

Quando Furtado ([1959], 1974), aproximando-se da teoria de Prado Jr. ([1942], 1969), expõe a intervenção portuguesa na administração brasileira, principalmente no que se refere ao ciclo do ouro⁴², vê-se que durante o período colonial, a administração do Brasil se baseava principalmente no vínculo de dependência com a metrópole. A dependência do Brasil à Inglaterra, por sua vez, serve para observarmos a administração brasileira como um fator inibidor do desenvolvimento brasileiro. Vivendo às amarras com a Inglaterra, servindo apenas como produtor de matérias primas, o Brasil não investia no desenvolvimento interno do país, o que resultava na inexistência de modificações estruturais em sua economia. Esta falta de mudança estrutural no sistema econômico brasileiro, ressaltada por ambos os autores, nos remete diretamente a administração, pois para que ajam mudanças estruturais é preciso algum posicionamento daqueles que administram o país.

Além disso, como foi visto no tópico anterior, tanto para Furtado ([1959], 1974), como para Prado Jr. ([1942], 1969), o Brasil era controlado por grandes proprietários de terras, que faziam parte da administração do país, visando sempre o seu lucro. O que facilita o entendimento do porquê a administração brasileira resumia-se em tamanha desorganização e

⁴² Intendência de Minas, responsável pelo pagamento do quinto a metrópole, vista nos tópicos 2.2. A relação de dependência do Brasil com Portugal e Inglaterra e 2.3. Ciclo do Ouro no Brasil – Mineração.

indisciplina. Sem se preocupar com o destino geral da nação, aqueles que detinham o poder nada faziam para que a administração brasileira mantivesse a ordem.

Ainda vale ressaltar, um aspecto da teoria de Furtado ([1959], 1974), numa perspectiva econômica, mas que se assemelha ao que foi dito por Prado Jr. ([1942], 1969) a respeito das instituições administrativas brasileiras. Furtado ([1959], 1974) afirmou que:

Constituindo a economia brasileira uma dependência dos centros industriais, dificilmente se podia evitar a tendência a “interpretar”, por analogia com o que ocorria na Europa, os problemas econômicos do país. A ciência econômica européia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um “corpo de doutrina”, que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade (FURTADO, [1959], 1974, p. 160)

O que Furtado ([1959], 1974) questiona é a tendência da economia brasileira em querer submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Um esforço que, segundo o autor, derivava da fé numa doutrina que nada possuía de observação da realidade e que, se estendeu, não somente no período retratado por Prado Jr. ([1942], 1969), mas pelos três primeiros decênios do século XX.

Deste modo, problema da administração brasileira é que já na colonização, como ressalta Prado Jr. ([1942], 1969), a metrópole portuguesa pecou ao pensar que poderia implantar no Brasil um sistema administrativo igual ao aplicado em Portugal, sem levar em conta as especificidades do território, como por exemplo, a sua extensão geográfica, muito maior que a da metrópole. Erro, este, que, como se vê, também é citado por Furtado ([1959], 1974) na perspectiva econômica, no século XX.

Assim, esta tendência da administração brasileira em replicar aquilo que existe em outros países, principalmente os europeus, na esperança de que a aplicabilidade do modelo fosse possível, sobressai perante outros fatores. O que faz remeter, mais uma vez, a relação de dependência do Brasil com outros países e a falta de autonomia brasileira em buscar entender seu próprio país, além da falta de interesse em desenvolver sua organização interna. Desse modo, mais do que pensar no desenvolvimento econômico do país, os autores, principalmente Prado Jr. ([1942], 1969), também deixam ensejos de que o desenvolvimento de outros aspectos, como social, administrativo e governamental também deixou a desejar.

3. 4. Ciclos alternados de progresso e decadência na história econômica do Brasil

A idéia de que o Brasil seguia num gráfico de grande oscilação, alterando bons e maus períodos econômicos, é apresentada inicialmente por Prado Jr. ([1942], 1969), que a explicita claramente. De forma menos evidente, os escritos de Furtado ([1959], 1974) também demonstram esta tendência do país em atingir um período de positividade econômica e logo em seguida encontrar a crise. Ambos buscam, dessa forma, demonstrar, ao leitor, que a história brasileira foi marcada por variações econômicas que impediram o desenvolvimento brasileiro.

O primeiro indício dado por Prado Jr. ([1942], 1969) para sugerir a idéia de que o Brasil seguia numa evolução cíclica, é quando o autor afirma que em função do caráter que tomara a colonização, o Brasil passou a adotar um aproveitamento aleatório em cada um de seus períodos econômicos, traduzindo-se numa economia de “conjuntura passageiramente favorável” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 73). Desse modo, o mesmo autor afirma que se cultivava a cana como se extraía o ouro, como mais tarde se plantou o algodão ou o café, uma simples oportunidade do momento, que visava apenas o mercado exterior, um comércio instável e precário.

Para Prado Jr. ([1942], 1969), o motivo disto dava-se porque a colonização não se preocupava em constituir uma base econômica sólida e orgânica, ou seja, baseada na exploração racional e coerente dos recursos materiais da população que ali habitava. Porém, Prado Jr. ([1942], 1969) percebe que tal situação não pertencia exclusivamente ao regime colonial, pois quando a Independência veio a aboli-lo, persistiram estes mesmos hábitos econômicos.

É a partir desta exposição teórica a respeito do tipo de economia que predominava no território brasileiro que Prado Jr. ([1942], 1969) expõe a sua hipótese de evolução da colônia como uma evolução cíclica.

Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total. Processo este ainda em pleno desenvolvimento no momento que nos ocupa e que continuará assim no futuro (PRADO JR., [1942], 1969, p.127)

A importância de enfatizar esta questão é que com poucas palavras Prado Jr. ([1942], 1969) conseguiu descrever a economia brasileira. O ciclo apresentado pelo autor é capaz de caracterizar perfeitamente um longo período da história do Brasil. Segundo Prado Jr. ([1942],

1969), o Brasil inicia o seu ciclo de prosperidade quando começa a produzir o açúcar, principalmente nos centros produtores da Bahia e de Pernambuco. No entanto este processo vai apenas até o fim do século XVII, quando acontece sua decadência logo no início do século seguinte.

Segundo Prado Jr. ([1942], 1969), na linha ascendente à prosperidade surgem os centros mineradores. Estes terão o tempo de duração muito curto, sua ascensão não durará mais do que a metade do século XVIII, já antes do seu terceiro quartel, se viu o processo de decadência das minas. Depois desta etapa, a prosperidade volta aos centros agrícolas do litoral, como no início da colonização brasileira, à estes centros agrícolas acrescentam-se novos, e o algodão passa a subsidiar o açúcar. Esta fase também não persiste por muito tempo, em meados do século XIX já não era mais este o foco econômico, mas sim o café. O café, por sua vez, teve importância fundamental na economia brasileira, compatível com as terras brasileiras ele aumentou o fluxo exportador e criou nova classe de empresários no país, porém, sua primeira crise de superprodução já aparecia nos anos iniciais do século XX e, em 1929, a crise já encontrava um Brasil vulnerável, que precisou retirar parte das sacas de café do mercado, para tentar ajustar a oferta em relação à procura.

DIAGRAMA 2:

EVOLUÇÃO CÍCLICA DESCRITA POR PRADO JR. ([1942], 1969)



Fonte: representação gráfica elaborada pela autora.

Prado Jr. ([1942], 1969) complementa sua análise afirmando que o motivo desta evolução não é outro do que o próprio caráter da economia brasileira, aqui já citado. São as “bases precaríssimas que ela se assenta” (PRADO JR., [1942], 1969, p. 128) que criam este ciclo contrário aquilo que se pode chamar de desenvolvimento econômico sustentável. Segundo este autor, foi assim que se formou e sempre funcionou a economia no Brasil: a repetição no tempo e no espaço de empresas de maior ou menor sucesso.

Acontece que em cada fase descendente, um pedaço da estrutura colonial se desfazia e a parte da sociedade atingida pela crise saía muito prejudicada. Conforme Prado Jr. ([1942], 1969), um grande número de indivíduos acabava perdendo as suas raízes e sua base vital de subsistência. Passando, então, a vegetar à margem da ordem social.

Furtado ([1959], 1974), por sua vez, semelhante a Prado Jr. ([1942], 1969), afirma que em muitos períodos, no Brasil, o crescimento foi considerável, todavia, não houve mudanças estruturais no sistema econômico, o que impediu que o crescimento fosse sustentável. Ao elucidar tal questão, Furtado ([1959], 1974) define conceitos que são importantes para compreender esta dimensão econômica brasileira. Para ele, crescimento está ligado à ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência, por sua vez, liga-se a redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho com diminuição no ativo da empresa, sem se transformar estruturalmente.

Esta exposição teórica de Furtado ([1959], 1974) é de suma importância para compreender a evolução cíclica proposta por Prado Jr. ([1942], 1969). O Brasil alcançou importantes níveis de crescimento, ambos os autores afirmam isto, porém estes períodos de prosperidade foram sempre e rapidamente seguidos por uma crise. Os motivos desta tendência são simplesmente aquilo que Furtado ([1959], 1974) nos explica: os períodos de crescimento econômico não foram acompanhados de mudanças estruturais, como por exemplo, um forte investimento no mercado interno, que modificasse a estrutura econômica brasileira sempre voltada apenas para o mercado exterior. Um exemplo, dado por Furtado ([1959], 1974), é a economia do açúcar no Nordeste. Ela resistiu a prolongadas depressões, se recuperava quando o mercado externo permitia, mas sem sofrer nenhuma modificação estrutural.

Nacionalista, Furtado ([1959], 1974) acreditava que o Brasil precisava buscar a autonomia do mercado endógeno, sem precisar depender das potências supostamente desenvolvidas para alcançar o desenvolvimento econômico e desenvolver uma geração de renda interna no país.

Quando fala a respeito do Brasil alcançar uma política idêntica a dos EUA no início do século XIX, Furtado ([1959], 1974) afirma que nesta época a economia brasileira atravessou

uma fase de fortes desequilíbrios, que resultaram principalmente da baixa dos preços das exportações e da tentativa do governo, cujas responsabilidades haviam aumentado com a independência política, de aumentar sua participação no dispêndio nacional. Ou seja, mais uma vez, o autor pretende ressaltar que os desequilíbrios na economia brasileira, seja qual fosse a época, atrelavam-se sempre aos desajustes no setor exportador, que era a única fonte de renda maciça da população brasileira.

Furtado ([1959], 1974) ressalta, também, que “[...] a economia brasileira parece haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento na segunda metade do século XIX” (FURTADO: [1959], 1974, p. 142). Sendo isto, relativo ao aumento das exportações e a melhora dos preços do intercâmbio. Furtado ([1959], 1974) analisa o comportamento da renda, nesta época, dividindo a economia brasileira em três setores. O primeiro formado pelas economias açucareiras e algodoeiras e a vasta zona de agricultura de subsistência ligada a elas, mesmo que por laços cada vez mais frágeis. O segundo setor formado especialmente pela economia de subsistência do sul do país. O terceiro centrando-se na economia cafeeira.

Após fazer um cálculo relacionado com a renda per capita e a taxa de incremento Furtado ([1959], 1974) afirma que havia indicações de que a taxa de crescimento da economia brasileira tinha sido relativamente estável no decorrer do século XIX.

[...] de maneira muito geral se pode admitir que a renda per capita da população brasileira muito provavelmente não teria sido inferior a 50 dólares (de poder aquisitivo atual) no começo do século XIX, se bem que possivelmente houvesse declinado no correr do último quartel do século. Também indicamos que essa renda dificilmente alcançaria esses mesmos 50 dólares pela metade do século, particularmente se se incluem os escravos na população. Partindo dessa base e admitindo a taxa de incremento de 1,5, obtém-se uma renda da ordem de 106 dólares ao término do século. Se se aplica essa mesma taxa à primeira metade do século XX, obtém-se para 1950 uma renda de 224 dólares, a qual se aproxima muito das estimativas existentes para esse ano. [...] se a economia brasileira houvesse alcançado, na primeira metade do século XIX, uma taxa de crescimento idêntica à da segunda metade do mesmo século, partindo dos 50 dólares a que fizemos referência, chegar-se-ia ao fim do século com 224. Mantida a mesma taxa na primeira metade do século XX, a renda real da população brasileira seria, em 1950, da ordem de 500 dólares, isto é, comparável à média dos países da Europa Ocidental, nesse ano (FURTADO, [1959], 1974, p. 149).

Fica evidente que o autor acreditava no crescimento econômico do país, segundo ele, os problemas da economia brasileira centravam-se não no desenvolvimento dos últimos cem anos, mas nos retrocessos ocorridos nos três quartos de séculos anteriores – o que nos remete à evolução cíclica de Prado Jr. ([1942], 1969), como vimos acima.

Para Furtado ([1959], 1974), a crise econômica, para um centro industrial, representava uma parada mais ou menos regular numa marcha firme para frente. Numa economia dependente, como o Brasil, exportadora de produtos primários, a crise dava-se como um “cataclismo”, imposto de fora para dentro. Desse modo, as contorções que esta economia realizava para defender-se da pressão que vinha do exterior, não se assemelhavam com as ações e reações que aconteciam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação.

O erro, para Furtado ([1959], 1974), estava em não se terem em conta as características específicas de uma atividade econômica tipicamente colonial, como era, por exemplo, a produção de café, no Brasil. A tendência em manter elevado o preço do café acabava por criar um desequilíbrio entre a oferta e procura do produto. Para que isto não acontecesse, o autor afirma que o ideal, na época, seria que a política de defesa dos preços tivesse sido completada por outra de desestímulo às inversões em plantações de café. Como já foi dito em outros momentos deste trabalho, o incentivo ao desenvolvimento do mercado interno poderia ter dado sustentação econômica a população brasileira em momentos de crise. Além disso, se não tivessem existido tantas inversões na mesma economia cafeeira a tendência a superprodução teria diminuído. O correto deveria ter sido “[...] estimular outras exportações através de uma política de subsídios, o que só seria praticável transferindo recursos financeiros do setor cafeeiro” (FURTADO: [1959], 1974, p. 183)

Na última parte de sua obra, Furtado ([1959], 1974) refere-se ao século XX. Nela, entre outras questões, o autor apresenta a questão da inflação e depreciação do câmbio no pós-guerra⁴³. Estas questões são capazes de, em parte, comprovar que a teoria de Prado Jr. ([1942], 1969), sobre as variações no desenvolvimento da economia brasileira, deixou seus resquícios na economia brasileira mesmo depois do período de tempo abordado na obra deste autor.

A teoria base deste tópico concentrou-se na obra, e especificamente na hipótese, de Prado Jr. ([1942], 1969), porém, não é difícil encontrar indícios, na obra de Furtado ([1959], 1974), que corroboram que este seguia a mesma linha de raciocínio daquele. Complementando a idéia de Prado Jr. ([1942], 1969), Furtado ([1959], 1974), com sua teoria

⁴³ Furtado afirma que “a situação que se criou nos anos da guerra era de grande complexidade e exigia, se se pretendesse corrigir o desequilíbrio que estava se formando no sistema econômico – e que se manifestava através da alta rápida e desordenada dos preços – uma ação muito mais ampla que a simples manipulação cambial” (FURTADO, [1959], 1974, p. 210). O autor ainda perguntava-se por que o Brasil não tentou corrigir o desequilíbrio com medidas destinadas a congelar parte da renda monetária excedente, política seguida por outros países? Porque não é fácil introduzir estas medidas num processo inflacionário já aberto. Processo este que se desenvolveu no Brasil com mais rapidez do que na maioria dos outros países (FURTADO, [1959], 1974).

ligada aos estudos econômicos, foi capaz de expor argumentos complexos que comprovavam a existência desta “evolução cíclica” descrita por Prado Jr. ([1942], 1969). Com efeito, Furtado ([1959], 1974) foi além de Prado Jr. ([1942], 1969), pois demonstrou em sua obra, que a economia brasileira, ainda que mais desenvolvida, continuava a demonstrar, em muitos aspectos, essa herança da evolução cíclica. Assim, percebe-se que Prado Jr. ([1942], 1969) não estava errado quando afirmou que eram em ciclos, que se alternam no tempo e no espaço, na prosperidade e na ruína, que se resumia a história econômica do Brasil colônia, e talvez de um Brasil contemporâneo que não soube buscar alternativas econômicas para o seu desenvolvimento independente, como diria Furtado ([1959], 1974).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que teóricos do desenvolvimento, Prado Jr. ([1942], 1969) e Furtado ([1959], 1974) são teóricos de um Brasil. Um Brasil histórico, econômico e social, pois buscam compreender as especificidades deste país, sejam elas negativas, positivas, simples ou complexas. Analisam o Brasil com olhar de brasileiros e concomitantemente de estudiosos. Acreditam no desenvolvimento deste país e na sua formação como uma nação, por isso que apontam os óbices que impedem o desenvolvimento e criticam as relações e estruturas que causam a estagnação do país.

Conforme se pôde perceber nos tópicos abordados no decorrer deste trabalho, os autores não estavam apenas voltados à perspectiva econômica. Mais do que um crescimento econômico, aquilo que Prado Jr. ([1942], 1969) e Furtado ([1959], 1974) chamavam de desenvolvimento, era um processo que transformasse as estruturas da sociedade brasileira. Estruturas que tem origem na colonização e que se perpetuam até o período em que escrevem.

O desenvolvimento, adjetivado pelo sentido “econômico”, aparece muitas vezes nas obras e pode vir a enganar um leitor desatento que julgue o conceito de desenvolvimento destes autores como voltado apenas para a economia. Para que se entenda o sentido atribuído pelos autores ao conceito, é essencial a compreensão do contexto histórico da época e uma análise cautelosa de suas teorias, como se procurou realizar no presente trabalho.

Na época em que as obras foram escritas, a efervescência do processo de industrialização ainda fazia parte do contexto e da história brasileira. Desse modo, pensar o desenvolvimento, naquele momento, de qualquer maneira, refletiria no viés econômico. Por isso, é evidente que para ambos os autores, o desenvolvimento econômico era a prioridade, tendo em vista a situação de um país como o Brasil: dependente, preso a uma economia de exportação e que mal possuía uma economia interna que pudesse satisfazer as necessidades de sua população.

Porém, seria injusto, se este trabalho não ressaltasse a preocupação social e ambiental destes autores. Pois em muitos momentos de suas obras, ambos os autores, destacam aspectos ligados à preservação do meio ambiente, como a importância da preservação do solo; à atenção que os empresários e proprietários de terra deveriam dar para as técnicas destinadas à melhoria nas plantações; a crítica de que estes se preocupavam apenas com o lucro, pois se sentiam confiantes em função da abundância de terras existente no Brasil. Além disso, os

autores destacam problemas, como as relações raciais, a segregação e a desigualdade social, a administração, que mantinha os privilégios econômicos e políticos, desde o período colonial, para a mesma classe dirigente. Enfim, uma série de questões que ultrapassam os fatores econômicos e referem-se a um desenvolvimento que não visa apenas este viés, também busca mudanças nos aspectos ambientais, sociais, administrativos e políticos.

Assim, o que Prado Jr. ([1942], 1969) e Furtado ([1959], 1974) almejam em suas obras, é o desenvolvimento do Brasil. Num primeiro momento, um desenvolvimento econômico, para que o país possa buscar sua independência econômica, desenvolvendo seu mercado interno e modificando velhas estruturas coloniais. Mas num segundo momento, que pode iniciar-se ao mesmo tempo do primeiro, um desenvolvimento social, que caracteriza justamente aquilo que os autores desejam: a formação do Brasil como uma nação, uma nação desenvolvida e capaz de “caminhar” sozinha, sem precisar do “apoio” e sustentação de outros países.

Tanto Prado Jr. ([1942], 1969) como Furtado ([1959], 1974), não só teorizam sobre isto, como realmente acreditam, e deixam isto claro em suas obras, que o Brasil poderia vir a se tornar este país desenvolvido. Diferente da maioria dos autores que representam suas gerações, Prado Jr. ([1942], 1969) e Furtado ([1959], 1974) demonstram uma posição positiva em relação ao futuro do Brasil. Destarte, a teoria destes autores, além de pioneira nas discussões sobre o desenvolvimento, trouxe questões que até hoje perturbam governos e instituições. Por isso, a importância de ler e reler estas obras para conseguir compreender o desenvolvimento nas teorias e, principalmente, nos contextos atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABL. Academia Brasileira de Letras: Biografia de Celso Furtado. s/d, s/p. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=397&sid=159&tpl=printerview>> Acesso em 23 out. 2011.

BRÜZEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. Papers do NAEA, nº 13. Belém, 1993. Disponível em <http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=50> Acesso em 17 out. 2011.

CÂNDIDO, A. A força do concreto. In: História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior. D'INCÃO, Maria Ângela (Org.). São Paulo: UNESP/Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura e da Educação de São Paulo, 1989, p. 23- 26.

COUTINHO, Maurício. Apêndice. In: FURTADO, Celso; FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, [2008], 2009, p.519-544.

FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de cultura, 1964.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 12ª edição rev. São Paulo: Nacional, 1974.

IGLÉSIAS, Francisco (Organizador da coletânea). Caio Prado Júnior: história. São Paulo: Ática, 1982.

LAPA, José Roberto do Amaral. Caio Prado Júnior – Formação do Brasil Contemporâneo in MOTA, Lourenço Dantas (Organizador). Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico, 1. 4ª edição. São Paulo: Senac, 2004

LE MOS, Alexandre Piana. A Formação Histórica Brasileira: Perspectivas Marxistas. Revista AEDOS, v. 2, nº 3, 2009. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10583/6222>> Acesso em 19 set. 2011.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. Revista Sociologias, Porto Alegre, nº 14, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 mai. 2011.

MACHADO, Luiz Alberto. Grandes Economistas: Keynes e os keynesianos. 2006. Disponível em <http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=399> Acesso em 23 nov. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado – Formação econômica do Brasil in MOTA, Lourenço Dantas (Organizador). Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico, 1. 4ª edição. São Paulo: Senac, 2004

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista FAE, Curitiba, v.5, nº 2, pág. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf> Acesso em 31 de agost. 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação de Brasil contemporâneo – colônia. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira". Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, Set. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100012&lng=en&nrm=iso> Acesso em 18 out. 2011

ROMANO, Ruggiero. Apêndice. In: FURTADO, Celso; FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, [1970], 2009, p.432-445.

ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico. 5ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SECCO, Lincoln. Tradução do Marxismo no Brasil: Caio Prado Junior. Mouro –Revista Marxista – Núcleo de Estudos d'O Capital, Ano 1, nº 2, Jan 2010. Disponível em <<http://www.mouro.com.br/Tradu%C3%A7%C3%A3o%20Marxismo%20Brasil%20-%20LSecco.html>> Acesso em 17 out. 2011.

SINGER, Paul. Apêndice. In: FURTADO, Celso; FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, [1959], 2009, p.367-370.

ANEXO 1 – QUADRO ANALÍTICO

	CAIO PRADO JÚNIOR	CELSO FURTADO
A Colonização	<p>Fator que influenciou muito no desenvolvimento do Brasil. Autor fala sobre o sentido da colonização. Brasil foi visto apenas como uma empresa disposta a produzir gêneros que não havia na Europa. Independência do Brasil não mudou muito a situação.</p>	<p>Ocupação das terras brasileiras vistas apenas pelo viés econômico. Portugueses só resolveram ocupar por pressão de outros países que visavam estas terras. Pós-independência não se viu mudanças estruturais. O Brasil seguiu do mesmo modo.</p>
	CAIO PRADO JÚNIOR	CELSO FURTADO
Dependência de Portugal e Inglaterra	<p>Portugal cobrava o quinto, imposto sobre o ouro retirado das terras brasileiras. O que o Brasil produzia ia direto para Portugal e era ele quem comercializava com o resto da Europa. Além disso, o desenvolvimento endógeno do Brasil, como a indústria têxtil que estava se formando, foi impedido por Portugal, pois era visto como uma ameaça para o Reino. Não fala muito da relação com a Inglaterra. Apenas que os ingleses eram os principais contrabandistas dos produtos brasileiros quando os portos ainda não haviam sido liberados.</p>	<p>Portugal fez alianças e acordos com a Inglaterra, o que veio a prejudicar tanto aquele país, como a sua colônia, o Brasil. Autor cita, por exemplo, o acordo de Methuen. Desenvolvimento endógeno impedido pela metrópole. Acordo entre Portugal e Inglaterra dava liberdades comerciais para a Inglaterra no Brasil. Não foi só a dependência com a Inglaterra o problema. Mas, também, a classe dominante que continuava ligada apenas ao comércio de exportação. Quando o Brasil deixou de depender da Inglaterra, assumiu relações comerciais com EUA.</p>

	CAIO PRADO JÚNIOR	CELSO FURTADO
O ciclo do ouro no Brasil - Mineração	<p>Autor destina um capítulo para falar sobre a Mineração. Exploração das minas é vista como um dos fatores de dispersão do povoamento no Brasil, pois a colonização avançou para o interior do país. Autor destacou o regime disciplinar da mineração, diferente do da agricultura. Havia um controle da metrópole sobre a extração do ouro, que exigia este tipo de rigor. Autor ressalta a pouca duração da mineração.</p>	<p>A terceira parte do livro fala especialmente sobre a Economia escravista mineira. Portugal não desistia do Brasil porque tinha esperança de encontrar ouro naquele país. Economia do ouro se desenvolveu rápido porque representava a saída do estado de estagnação e pobreza tanto de Portugal como do Brasil. Ouro permitiu expansão demográfica e ajudou desenvolvimento da pecuária. Gado usado como transporte. Fome sempre acompanhava a riqueza nas regiões do ouro. Distância dos produtores de alimento.</p> <p>Não foram criadas alternativas na economia. Crise do ouro levou à rápida e geral decadência.</p>
	CAIO PRADO JÚNIOR	CELSO FURTADO
Brasil produtor de matérias primas e sem técnica para se desenvolver	<p>Brasil caracterizado por monocultura e grandes proprietários de terra, visto apenas como produtor de gêneros tropicais. No séc. XVIII, o Brasil tinha posição única no comércio dos produtos tropicais, com ênfase no açúcar e no algodão. O que mostra que o país teve oportunidade para desenvolver-se.</p> <p>Autor ressalta a agricultura de subsistência. O aperfeiçoamento técnico no progresso da agricultura é praticamente nulo. Exemplo: o esgotamento do solo.</p> <p>A colonização não constrói uma base econômica sólida, ou seja, uma exploração racional e coerente dos recursos naturais. Artes e industriais são praticamente inexpressivas na colônia. A preguiça e o ócio como motivos da população não aprender ou criar técnicas para o desenvolvimento. A política portuguesa sempre viu o Brasil apenas do aspecto financeiro.</p>	<p>Autor ressalta experiência técnica dos holandeses na produção do açúcar no Brasil. Açúcar trouxe crescimento, porém sem grandes modificações estruturais no sistema econômico. Empresários não se preocupavam com mudanças na estrutura econômica. A condição para ter industrialização, em meados do século XIX, era a expansão das exportações. Único setor, além do exportador, que se devolveu foi o de subsistência. Autor enfatiza o desenvolvimento da economia cafeeira e a sua crise. Os grandes proprietários de terras sempre reinvestiam no mesmo setor, impedindo a criação de alternativas para a população em caso de crise. Importação de equipamentos era cara, devia-se aproveitar melhor a capacidade já instalada no país. Empresários não estavam preocupados com degradação do meio ambiente, queriam apenas lucro. O Brasil teve oportunidades para se desenvolver.</p>

	CAIO PRADO JÚNIOR	CELSO FURTADO
As relações de raça no Brasil	<p>Há na obra, um capítulo denominado Raças. Brasil se constituiu inicialmente por três raças: índios, brancos e negros. Os brancos em sua maioria eram imigrantes portugueses. Importância dos jesuítas na incorporação dos índios à comunhão luso-brasileira. Autor destaca o regime rígido imposto pelos jesuítas, que acabava, na verdade, segregando os índios da ordem social. Surgimento da legislação pombalina. mestiçagem era vista como uma das alternativas para integrar raça na sociedade. O escravo negro era fundamental, junto com a grande propriedade e a monocultura. Tráfico de escravos vindos da África era o ramo mais importante do comércio de importação. Escravidão no Brasil era desprovida de qualquer elemento construtivo, era exclusivamente material. Negro não tinha proteção de ninguém, verdadeiro paria social. Relação entre os laços sociais e a questão sexual entre senhor e escravo. Crítica do autor: raça branca se sobrepôs às demais.</p>	<p>Autor aborda esta questão tanto na perspectiva econômica – exploração da mão-de-obra e importação de negros nas grandes propriedades –, como na perspectiva social – situação de negros e índios à margem de uma sociedade excludente. Escravo era a alternativa de suprimento para a falta de mão-de-obra na produção de açúcar, no Brasil colônia. Captura e comércio do indígena como uma forma de obtenção de renda. Início da produção do ouro no Brasil causou a imigração da raça branca de origem européia. Economia cafeeira também era organizada no trabalho escravo. Todos os ciclos produtivos tiveram a presença da mão-de-obra escrava. Escravos que abandonaram engenhos tinham dificuldade para sobreviver. Segregação parcial após a abolição. Este autor fala menos da questão social nesta temática racial, em comparação com Prado Jr.</p>
	CAIO PRADO JÚNIOR	CELSO FURTADO
Desigualdade, um país controlado pelos grandes proprietários de terra	<p>Autor ressalta a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo como tripé da desigualdade. Além da estrutura escravocrata que dava origem ao preconceito racial e segregação racial, quem estivesse fora do regime senhor <i>versus</i> escravo/assalariado estava destinado a viver à margem da sociedade. Um Brasil sem povo. A renda concentrava-se nas mãos de poucos, desde o período colonial. Escravo melhor tratado no Brasil do que nas colônias inglesas, em função, talvez, do sistema patriarcal. A profissão no comércio era restrita</p>	<p>Desde o princípio a colônia, Brasil, foi vista a partir de um caráter marcante e isenta de qualquer preocupação a respeito da sua via social. Uso de escravos no Brasil. Mão-de-obra gratuita, abundância de terras e o comércio externo em expansão criavam a situação de lucro para os proprietários de terras. Renda que se gerava na colônia estava concentrada com a classe proprietária dos engenhos. Crítica a distribuição dos recursos financeiros, na época do açúcar, para os comerciantes: renda de não-residente. Deveria ser</p>

	<p>para nascidos no reino. Igreja era uma alternativa para trabalhar e estudar. Divide três subgrupos: caboclos, índios e alguns negros que viviam na miséria; aqueles agregados que viviam na sombra de algum senhor; e os desocupados permanentes que eram vadios ou criminosos. Todos estes foram responsáveis por agitações que precederam a independência. Autoridade pública é fraca, quem autoridade é o senhor rural. Brasil marcado por um grande desequilíbrio. Todas as instituições encontradas no Brasil eram a repetição dos órgãos da metrópole portuguesa. Centralizavam o poder e concentravam as autoridades.</p>	<p>investido em outro setor interno, que não fosse o açúcar, para prevenir estagnação em caso de crise. O mesmo motivo afetou a crise do ouro no Brasil.</p> <p>Pós-independência, a classe ruralista continua dirigindo a etapa produtiva. Mas, na economia cafeeira surge nova classe empresária. Empresário aplica sempre o seu capital na expansão das plantações sem melhoras no método de cultivo. A partir da análise econômica da distribuição de renda, autor afirma que os proprietários de terra e dos meios de produção sempre eram os privilegiados.</p>
	<p>CAIO PRADO JÚNIOR</p>	<p>CELSO FURTADO</p>
<p>Perfil administrativo do governo brasileiro</p>	<p>É o capítulo mais extenso da obra. Muito da organização atual, a administração no período colonial era uma total desorganização. Uma cópia da administração portuguesa. Administração brasileira sem autonomia, em função de ser um país dependente. Legislação administrativa era desconexa e as regras eram acrescentadas sem plano de conjunto. Era um caos de leis.</p> <p>Incapacidade de Portugal em criar órgãos diferentes e adaptados as condições peculiares existentes no Brasil. Ao centralizar o poder e concentrar as autoridades reunidas nas capitanias e sedes, o resto do território ficava praticamente desgovernado. Indisciplina reinava por toda a parte, isso de deve a imensidade do território brasileiro, a dispersão da sua população, sua heterogeneidade, a falta de sedimentação social, de educação e preparo para um regime policiado.</p> <p>Autor critica a cobrança de tributos pelo governo, em especial, o dízimo. Os atos e abusos da administração tornaram-se pretexto e justificativa para atitudes extremadas e revolucionárias em prol da independência do Brasil.</p>	<p>Não aborda especificamente esta questão como Prado Jr., trata-a de modo mais sutil.</p> <p>Ao ressaltar as relações de dependência, aborda a questão da falta de autonomia da administração brasileira. Fala da falta de mudança estrutural na economia, o que também remete a falta de posicionamento da administração local.</p> <p>Administração controlada pelos grandes proprietários de terras. Sem se preocupar com o destino geral da nação aqueles que detinham o poder nada faziam para que a administração mantivesse a ordem. Autor enfatiza a tendência da economia brasileira, assim como a administração, citada por Prado Jr., querer submeter o sistema às regras que prevaleciam na Europa.</p>

	CAIO PRADO JÚNIOR	CELSO FURTADO
Ciclos alternados de progresso e decadência	<p>Em função do caráter que tomara a colonização, o Brasil passou a adotar um aproveitamento aleatório em cada um de seus períodos econômicos: cultivava a cana como se extraia o ouro, como mais tarde se plantou o algodão ou o café, uma simples oportunidade do momento, que visava apenas o mercado exterior, um comércio instável e precário. Habito econômico que se perpetuou, inclusive, depois da independência. Evolução da colônia é uma evolução cíclica. Marcada por períodos de prosperidade e aniquilamento total. O motivo desta evolução não é outro do que o próprio caráter da economia brasileira. Foi assim que se formou e sempre funcionou a economia no Brasil: a repetição no tempo e no espaço de empresas de maior ou menor sucesso. Em cada fase descendente, um pedaço da estrutura colonial se desfazia e a parte da sociedade atingida pela crise saía muito prejudicada.</p>	<p>Autor não traz essa teoria dos ciclos em sua obra, mas dá alguns indícios de um pensamento semelhante ao de Prado Jr. Furtado afirma que em muitos períodos, no Brasil, o crescimento foi considerável, todavia, não houve mudanças estruturais no sistema econômico, o que impediu que o crescimento fosse sustentável.</p> <p>Exemplo de mudança estrutural que poderia ter ocorrido: um forte investimento no mercado interno, modificando a estrutura econômica brasileira que esteve sempre voltada apenas para o mercado exterior.</p> <p>Autor acreditava no desenvolvimento econômico do país, segundo ele, os problemas da economia brasileira centravam-se não no desenvolvimento dos últimos cem anos, mas nos retrocessos ocorridos nos três quartos de séculos anteriores – o que nos remete à evolução cíclica de Prado Jr.</p> <p>O erro estava em não se terem em conta as características específicas de uma atividade econômica tipicamente colonial, como era, por exemplo, a produção de café, no Brasil.</p>

